

Tribuna da Luta Operária

ANO VI - Nº 192 - DE 5 A 11 DE NOVEMBRO DE 1984

Cr\$ 500,00

Tancredo assegura ao povo:

Oposição enfrentará trapaceças malufistas

“Enfrentaremos os que não aceitam a Constituição” — advertiu Tancredo Neves, aplaudido por 80 mil piauienses no comício do dia 31. Foi um recado para as hostes do regime militar e do malufismo que tramam golpes de força diante da derrota iminente em 15 de janeiro. Os comícios recordistas de João Pessoa e Teresina estão na página 4.

Malufismo em minoria no Colégio

As patifarias da situação não impediram definição do quadro sucessório em favor das oposições. Página 3

EDITORIAL

As regras do jogo

Quem impediu o processo de eleição direta para presidente da República e obrigou que a sucessão se realizasse pelo Colégio Eleitoral? Quem forjou fraudulentamente as normas deste Colégio, igualando numericamente as delegações estaduais do Acre e de São Paulo, e reduzindo proporcionalmente o número de deputados federais dos Estados mais populosos?

O regime militar faz tudo isto com a sórdida pretensão de assegurar a sua própria continuidade. Mas tão grande é o descontentamento dos brasileiros, tão flagrante é o fracasso das orientações dos generais em todos os terrenos que, mesmo sob estas regras antidemocráticas, a oposição conquistou ampla maioria no Colégio Eleitoral. E já se pode dizer que, mantidas as leis vigentes, o próximo presidente será Tancredo Neves.

É diante desta possibilidade real que os redutos golpistas se agitam desatinadamente ameaçando virar a mesa e praticando agressões contra instituições, entidades e militantes oposicionistas.

Por isso mesmo, tem inteira razão o candidato da Aliança Democrática quando, no comício de Teresina, alerta para a necessidade de cerrada vigilância contra os trapaceiros e apela para que “todos os brasileiros do Norte ao Sul do país se transformem em soldados” para responder aos que pretendem investir novamente contra as leis e o sentimento do povo.

Os democratas sabem que a atual Constituição é um documento ilegítimo, de orientação autoritária, que terá que ser substituído para garantir um ordenamento democrático ao país. Isto será, entretanto, tarefa de uma Assembleia Nacional Constituinte, livremente eleita e com amplo respaldo para decidir sobre os novos rumos do Brasil. Mas é inadmissível que Figueiredo e sua camarilha tentem alterar as regras institucionais neste mo-

mento com o deslavado propósito de favorecer a candidatura Paulo Maluf e tentar, mais uma vez, a perpetuação da ditadura. É intolerável que se tente colocar mais um remendo podre nesta colcha de retalhos, para acentuar mais ainda o seu caráter antipovo, para a inglória missão de fazer ainda mais espúrio o Colégio Eleitoral.

Figueiredo, Abi Ackel, diversos próceres governistas, e até o procurador-geral Inocêncio Coelho, a cada dia inventam uma nova sugestão para alterar o jogo sucessório. Tudo o que dizem só tem um sentido: dar a vitória para Maluf, seja lá como for. Se no futebol, criariam uma norma tapando o gol do governo e tirando o goleiro da oposição. Gastam argumentos e mais argumentos na vã tentativa de justificar esta marmelada. Se quisessem servir ao Brasil, se pretendessem atender os brasileiros, bastaria uma palavra: “adeus”.

Tantas manobras sujas acabam resultando no contrário do que visam. As tentativas de adulterar os resultados da sucessão alertam os oposicionistas para não cair na ilusão de confiar simplesmente na contagem dos delegados ao Colégio Eleitoral. Tornam evidente a necessidade de união e luta de todas as forças para garantir a via democrática. Os ataques da Polícia Federal contra democratas indicam que uma das questões-chaves a ser alcançada no novo governo é desbaratar o aparato de repressão política montado pela ditadura, assim como revogar a Lei de Segurança Nacional e todas as leis do arbítrio.

Aqui até janeiro entrarão em cena os comícios nos principais centros políticos do país. Cumprirão inestimável papel para frustrar todas as tentativas golpistas e assegurar a vitória de Tancredo Neves. Trabalhar pelo êxito destas manifestações de massas e zelar pela mais ampla unidade das oposições é hoje o centro das atenções dos democratas.

Por que o Brasil precisa alcançar a Constituinte para ser um país livre

Em exame a Constituição espúria e militarista dos generais; e as tarefas da Constituinte livre e soberana. Pág. 5

Tancredo vence com folga maior votação da história da UNE

36º Congresso da entidade máxima dos estudantes apóia candidatura única por 1.762 votos contra 1.263. Página 6



Metalúrgicos derrotam o arrocho

Na luta operários conquistam aumento real e trimestral. P. 7

Ensinos da Revolução Russa

Vitória dos operários e a traição dos revisionistas. P. 8



Ato de solidariedade em São Paulo: mil pessoas e 148 entidades presentes

Democratas unem forças contra ação repressiva

Polícia Federal atacou comunistas para atingir unidade da oposição, mas deu-se mal. Provocação policial teve resposta à altura. Pág. 9 e 10

Chile em pé de guerra contra general Pinochet

Na semana passada vigorosas manifestações contra a ditadura do general Augusto Pinochet abalaram o Chile. No dia 30, a primeira greve geral convocada no país desde o golpe militar de 1973 paralisou os transportes, parte do comércio e da indústria. O governo militar investiu com violência contra o protesto: nove mortos, mais de 50 feridos — vários a bala — e cerca de 330 prisões foram o saldo da repressão. No Brasil ocorreram atos contra Pinochet, em São Paulo. Na Bélgica cerca de 100 exilados chilenos e internacionalistas belgas realizaram manifestações anti-fascistas diante da Embaixada do Chile. A polícia reprimiu o ato, ferindo dez exilados e prendendo manifestantes. Mais notícias na página 2.

Nicaragienses referendam o sandinismo

Nicarágua realiza eleições livres e vota na revolução. Veja na pág. 2

Revolução vai às urnas na Nicarágua Sandinista

Cerca de 1 milhão e 600 mil nicaraguenses escolhem, no dia 4, através do voto direto e secreto, o presidente e vice-presidente do país, e elegem os 90 integrantes da Assembléia Constituinte da Nicarágua. Ao mesmo tempo, os mercenários contratados pelos Estados Unidos para desestabilizar o governo sandinista lançam uma nova ofensiva militar.

Trata-se da primeira eleição realizada na Nicarágua, desde a derrocada da ditadura de Anastácio Somoza, em 1979. Inicial-

mente marcada para 1985, a eleição foi antecipada para 4 de novembro, com a posse dos eleitos acontecendo em 10 de janeiro. A

Constituinte funcionará por dois anos. A partir de 1987 seus integrantes passam a formar o Poder Legislativo por mais quatro anos. Também o presidente e vice terão seis anos de mandato governamental.

APOIO À REVOLUÇÃO
O candidato da Frente Sandinista, Daniel Ortega, é o franco favorito, mas outros seis partidos concorrem no pleito: o Conservador Democrata, o Socialista, o Popular Social-Cristão, os revisionistas do PDN, e os marxistas-leninistas do Movimento de Ação Popular (veja seu programa no quadro ao lado).

O Partido Liberal Independente, que até abril participava do governo, cedeu às pressões do imperialismo ianque e se retirou das eleições. A Coordenadoria Democrática (composta por quatro partidos direitistas, duas centrais sindicais pelegas e pelo Conselho Superior da Empresa Privada) anunciou no início do ano que lançaria candidato. Entretanto, qual Maluf no Brasil, o candidato da Coordenadoria, Arturo Cruz, sequer conseguiu aparecer em público, tamanha a ira popular que despertava. Cruz foi logo identificado com a defesa dos interesses dos EUA na Nicarágua. Afinal, ele sempre fez coro com o governo Reagan nas acusações contra os sandinistas, mas nunca protestou contra as ações que os bandidos contratados pela CIA executam para derrubar o governo revolucionário. Diante do repúdio popular, a Coordenadoria retirou seu candidato.

RUMO AO SOCIALISMO
A atual eleição tem nítido caráter plebiscitário — o povo votará se apóia ou não a Revolução Sandinista, na realidade feita por ele próprio. Todos os partidos que participam da eleição já declararam que defendem o sandinismo. O que buscam, agora, é apontar o rumo que deve ter o processo revolucionário. É o que demonstra o MAP, que indica o socialismo científico como o sistema que trará melhorias reais para o povo, varrendo da Nicarágua a exploração do homem pelo homem.

OFENSIVA TERRORISTA
Os Estados Unidos, que tanto empenho tiveram no sentido de mascarar como democrática a farsa eleitoral montada em El Salvador no início do ano, investem através das armas e da diplomacia, do terrorismo e também da manipulação da imprensa, contra as eleições nicaraguenses. Ao mesmo tempo em que Reagan e seus acólitos utilizam as agências de notícias para deformar as informações sobre o processo eleitoral na Nicarágua, os mercenários comandados pela CIA lançaram uma nova ofensiva militar contra os sandinistas, na semana passada: somente em outubro, cerca de 100 soldados foram mortos pelos contrarrevolucionários. (Carlos Pompe)

dois” e outras exigências da corrupção subdesenvolvida.

No dia 26, depôs na Comissão o então presidente do Parlamento, Rainer Barzel, que, em seguida, demitiu-se: foi acusado de receber 1,7 milhão de marcos (Cr\$ 1,7 bilhão). Helmut Kohl, que depõe no dia 7, teria recebido mais de Cr\$ 50 milhões para “financiar seu trabalho político”. Um trabalho com certeza bastante rendoso para o grupo Flick.

Não é a primeira e com certeza não será esta a última vez que denúncias de corrupção abalam o mundo político burguês. Recentemente, na Itália, estourou o caso da “Loja P-2”, envolvendo os mais variados partidos burgueses, inclusive o clero do Vaticano, em denúncias de propinas, corrupção e até mortes. Cá, no Brasil, também a corrupção campeia. Maluf que o diga! Na verdade, trata-se de uma mazela do sistema capitalista. Objetivando sempre maiores lucros, a burguesia não tem escrúpulos em subornar políticos e autoridades. É uma praga que pode ser cerceada, mesmo no sistema capitalista, com a luta do povo, em geral pela democratização constante da vida política e social. Mas aniquilada, mesmo, só com um novo sistema, o socialismo. (Sílvia Queiroz)

Ante las elecciones el MAP-ML llama a:

CONVERTIR LA LUCHA ELECTORAL EN UNA VIGOROSA Y AMPLIA LUCHA DE CLASES DEL PROLETARIADO CONTRA LA BURGUESIA, EL IMPERIALISMO Y EL REVISIONISMO



1.— El Gobierno de Reconstrucción Nacional y el Frente sandinista de Liberación Nacional, han anunciado la convocatoria de elecciones que desarrollarán en 1985. La oposición burguesa ha aplaudido la decisión de hacer elecciones después que presionó hasta conseguirlo.

2.— a cuatro años del triunfo popular contra el somocismo y de la instauración en el poder del sandinismo, se abre así un proceso electoral en el que está siendo fructo de las contradicciones entre el poder fundamentalmente económico y militar de la burguesía y el imperialismo y el poder fundamentalmente político y militar del sandinismo.

3.— Para la burguesía y las fuerzas pro-imperialistas, el proceso electoral debe servir para:

4.— yores cuotas de poder político, más participación y control sobre el estado y más espacio para ampliar su base social, en la ruta para la reconstrucción total de su poder.

5.— Para el sandinismo y resto de fuerzas nacionalistas, el proceso electoral se concibe como un movimiento táctico que incluye concesiones a la burguesía opositora, pero que no debe poner en peligro la estabilidad o la conservación del poder mismo del sandinismo y sus aliados.

6.— Así, para los trabajadores, el proceso electoral aparece como parte de la pugna por el poder entre el sandinismo y resto de fuerzas nacionalistas con la burguesía opositora y las fuerzas pro-imperialistas. Pugna que los trabajadores deben aprovechar para hacer emerger y desarrollar su propia participación, a

Cartaz eleitoral do Movimento de Ação Popular — Marxista-Leninista

Propostas dos comunistas

O Movimento de Ação Popular Marxista-Leninista (MAP-ML) apresentou recentemente, seu Programa de Ação para a Defesa do Processo Revolucionário na Nicarágua, que inclui medidas nos terrenos político e econômico:

MEDIDAS ECONÔMICAS

- 1 — Suspensão por tempo indeterminado dos subsídios à empresa privada.
- 2 — Reforma tributária que penalize mais os lucros e menos os consumidores.
- 3 — Suspensão dos preços mínimos para produtos de exportação.
- 4 — Anulação dos títulos de garantia da propriedade para os latifúndios. As propriedades que forem úteis à produção de gêneros alimentícios deverão ser postas à disposição do Estado e das cooperativas camponesas.
- 5 — Controle da distribuição de alimentos pelos Comitês de Defesa Sandinistas ou outros organismos populares criados com este fim.

- 6 — Elevação imediata dos salários e introdução de escala móvel, com aumentos pelo menos a cada quatro meses.
- 7 — Estatização do sistema de transportes coletivos de Manágua.
- 8 — Não reconhecimento das dívidas externas feitas no período de Somoza.
- PROGRAMA POLÍTICO**
 - 1 — Agitação e mobilização para a eleição de uma Assembléia Popular, composta de representantes dos operários, camponeses, soldados e moradores dos bairros pobres.
 - 2 — Fortalecimento das Milícias Populares, com a descentralização dos arsenais, da Vigilância Revolucionária e da Defesa Civil.
 - 3 — Levantamento da censura sobre as publicações dos operários e demais trabalhadores.
 - 4 — Desenvolvimento do controle operário nas empresas e eliminação das leis repressivas contra a atividade sindical, herança do somozismo.
 - 5 — Respeito à prática do internacionalismo proletário.

Corrupção escandaliza Alemanha

Um milionário escândalo de corrupção política abala o Parlamento da Alemanha Ocidental. O grupo Flick, um dos maiores do país, subornou deputados de todos os partidos “tradicionais” para obter isenções de impostos. O primeiro-ministro Helmut Kohl, um dos mais favorecidos, depõe na quarta-feira, dia 7, na Comissão de Inquérito.

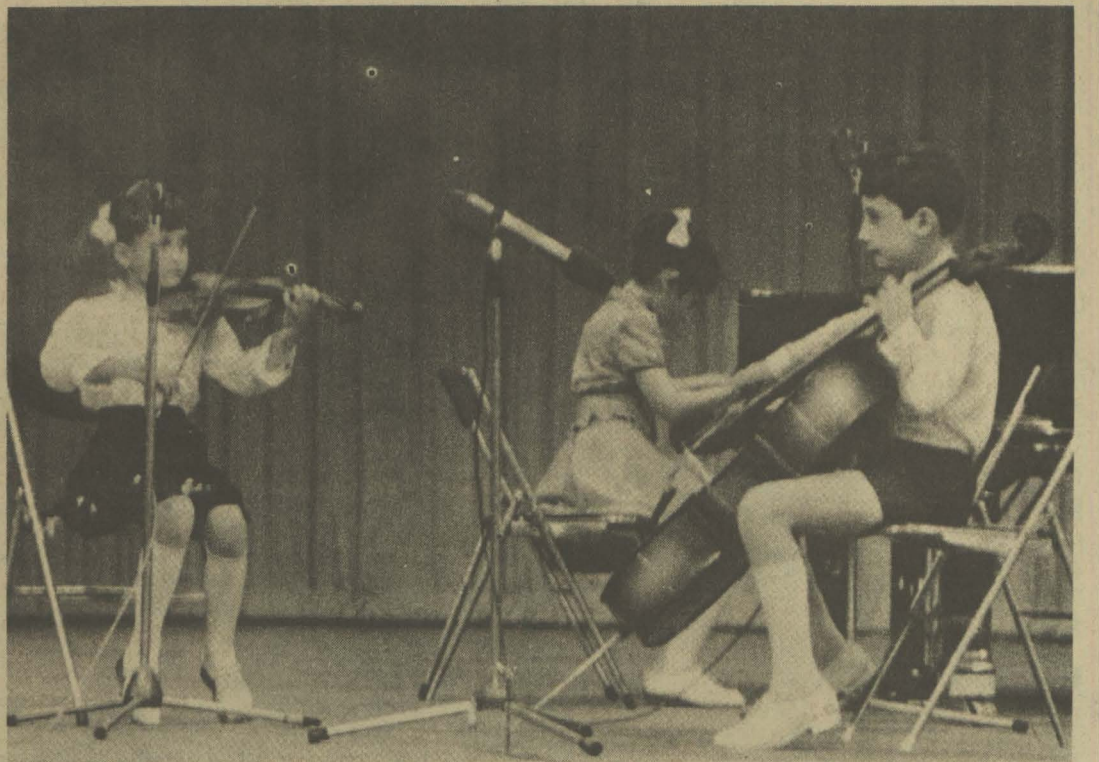
O envolvimento do grupo Flick com a política não vem de hoje: o fundador do conglomerado, Friedrich Flick, é acusado de ter financiado os nazistas durante a ditadura de Hitler. Graças a esta intimidade com o poder, construiu o maior grupo econômico familiar da Alemanha, que reúne 63 empresas de ramos diversos e emprega 42 mil trabalhadores.

O recente escândalo começou a ser denunciado no ano passado. O primeiro atingido foi o ministro das Finanças de Kohl, conde Otto Lambsdorff, que renunciou ao cargo em junho, depois de ter perdido a imunidade parlamentar em dezembro de 1983, em votação unânime. Lambsdorff teria recebido 500 milhões de marcos (cerca de Cr\$ 175 bilhões) para levar o conglomerado do pagamento de 75 milhões de dólares em impostos.

Mais que derrubar um ministro, porém, o “escândalo Flick” é um finíssimo exemplo de corrupção no parlamento burguês.

Segundo a Comissão de Inquérito do Parlamento, o Flick distribuiu cerca de 670 milhões de marcos aos três partidos tradicionais, numa operação que se estende desde 1972. O Partido Liberal, do conde Lambsdorff, foi aquinhoado com 89 milhões; o Social Democrata, de Helmut Schmidt, no governo até 1982, embolsou 118 milhões; e o Democrata Cristão, atualmente no poder, abocanhou 460 milhões de marcos.

A “contribuição” do Flick aos parlamentares era baseada em “pagamentos ilegais”, como registrava documento do conglomerado apreendido em uma investigação. Para evitar maiores constrangimentos e a sempre desejada obrigação de burlar as próprias leis, os políticos burgueses encontraram em dezembro passado a fórmula ideal: aprovaram nova lei de partidos que estabelece o desconto de impostos para os contribuintes. Assim, seus “clientes” não mais precisariam se incomodar com “caixa



Os albaneses têm oportunidade de desenvolver os seus dotes artísticos desde criança.

A arte ao alcance dos que produzem riquezas

Somente nos 13 primeiros anos do poder popular na Albânia, publicou-se quantidade de livros igual à editada ao longo dos quatro últimos séculos! Em 1979, editaram-se 11 milhões de exemplares, contra apenas 183 mil em 1938, o que representa mais de quatro livros por habitante, bem acima da média mundial. Este é um dos demonstrativos da profunda democratização da cultura na Albânia Socialista.

A difusão do livro entre o povo encontra, nas vasta rede de bibliotecas, instrumento bastante eficaz. Atualmente existem mais de 40 delas nas diversas regiões do país, com acervo de 3 milhões e 700 mil volumes, isto é, 120 vezes maior do que o de 1938, sem contar as milhares de bibliotecas familiares e as mais de 3 mil que funcionam nos centros de trabalho e nas diversas instituições.

A cultura albanesa, originária dos antigos ilírios, é tão antiga quanto rica. No entanto sofreu grave asfixia durante os séculos de dominação estrangeira, e só conseguiu florescer em plenitude após a libertação. Os povos invasores — e não foram poucos — procuraram sempre sufocar a cultura nacional. Os turcos, por exemplo, chegaram a proibir o uso da língua albanesa. Ainda assim os albaneses conseguiram resistir.

“Nosso povo deve sua sobrevivência não apenas à resistência armada, mas também à força de sua cultura material e espiritual, que tem sido um dos meios para fazer frente às pressões assimiladoras da cultura dos ocupantes estrangeiros”, explica o escritor e dirigente do Partido do Trabalho, Anastas Kondo.

PATRIMÔNIO CULTURAL

Um centro arqueológico ligado à Academia de Ciências e o Instituto de Monumentos Culturais, criado em 1965, cuidam



A revolução deu alento à dança e ao teatro.

Palestra sobre a Albânia Socialista

Cerca de 300 pessoas assistiram, no último dia 26, à palestra “O Socialismo na Albânia”, em Cascavel, interior do Paraná. A palestra, promovida pelo Diretório Central dos Estudantes da Fecivel, faz parte da programação relativa ao 40º aniversário da Libertação Nacional da Albânia, desenvolvi-

da no Brasil. O jornalista Luís Manfredini, que visitou a Albânia recentemente, e o diretor da Associação de Amizade Brasil-Albânia, José Reinaldo Carvalho, foram os palestristas. Eles foram inclusive entrevistados pelas emissoras de rádio e televisão de Cascavel e a imprensa local cobriu o evento.

Chile vive clima de guerra civil

Na semana passada ocorreram mais de 60 atentados com explosivos contra a ditadura de Pinochet. No dia 30, uma greve nacional paralizou os transportes em Santiago, a capital, Valparaíso, Concepción, Rancagua e Punta Arenas. O comércio, a indústria e as escolas também foram afetados pela greve. Jornalistas trabalharam usando mordacas, em protesto contra a ferrenha censura imposta pelo governo aos órgãos de comunicação. Os manifestantes exigiam a dissolução da polícia política, anistia, liberdade de imprensa, e “um calendário político para o imediato restabelecimento da democracia”.

Pinochet não deixou por menos: instigou cães e policiais contra o povo, com metralhadoras e bombas de gás lacrimogêneo. Ainda ameaçou decretar o estado de sítio no país ironicamente, anunciou que estava “encerado qualquer diálogo com a oposição”.

Para defender-se, a população armou barricadas nos subúrbios de Santiago. Protestou com greves, comícios, sabotagens e invadiu supermercados e armazéns, em busca de alimentos. Ainda colocou fora de combate a 16 policiais. Até o momento em que encerrávamos esta edição, as manifestações de protesto continuavam no país.

40 anos de revolução albanesa

do vasto patrimônio histórico e artístico albanês, que inclui, em satisfatório estado de conservação, nada menos que oito cidades antigas — entre as quais Berat e Gjirokastra —, 75 fortalezas, 115 igrejas, monastérios e mesquitas, além de centenas de casas, pontes e outras construções valiosas. Funcionam na Albânia, hoje, 1.900 museus.

De tradições muito antigas, o teatro praticamente desapareceu na Albânia feudal-burguesa, dominada pelos turcos. Ressurgiu apenas no final do século passado, junto ao movimento de restauração da língua e difusão da cultura nacionais, jogando importante papel na luta pela independência. Atualmente, tendo como tema básico a epopéia da edificação socialista, o teatro está representado nos milhares de grupos que existem praticamente em cada unidade de trabalho em todo o país, além dos grupos nacionais que frequentemente excursionam pela Europa.

O cinema, ao contrário, é recente. É o mais jovem da Europa e nasceu por obra da revolução. Em 1947, apareceram os primeiros documentários e, em 1952, foram criados os estúdios cinematográficos Albânia Nova. Atualmente, a produção quintuplicou e, em 1980, foram produzidos 40 documentários, 26 noticiários, dez filmes de desenhos animados e 14 longas-metragens. A televisão, criada em 1972, emite a cores a partir de 1981, atingindo 93% das famílias do país com uma programação cujos ingredientes básicos são os noticiários, os programas musicais, científicos, infantis e esportivos. A radiodifusão, cuja frequência atual é 650 vezes superior à de 1938, envolve dezenas de emissoras. A principal delas é a Rádio Tirana, que emite, diariamente, ampla programação em 20 línguas.

A música albanesa nasceu nas montanhas e esteve limitada durante os regimes antipopulares. Tanto que muitos dos melhores artistas acabaram emigrando na busca de melhores condições para o desenvolvimento de seu trabalho. Com o poder popular, a música ganhou novo alento. Em 1954, por exemplo, foi encenada a primeira ópera albanesa, “Mrika”, de Prenga Jakova. Hoje em dia existem milhares de grupos musicais disseminados pelo país. O ponto alto da música albanesa é o Festival Folclórico Nacional, realizado de cinco em cinco anos em Gjirokastra.

O Instituto de Cultura Popular, criado após a libertação, possui arquivos com mais de 1 milhão de versos, 8 mil páginas de prova, 40 mil provérbios, 10 mil melodias. O Instituto já publicou 45 tomos, — mais de 12 mil páginas — sobre estes materiais. (Luís Manfredini)



Presidente da UNE leva apoio a Tancredo Neves em Brasília

O recém-eleito presidente da União Nacional dos Estudantes, UNE, Renildo Calheiros, esteve no dia 31 com o candidato das oposições, Tancredo Neves, em Brasília. Renildo foi levar a Tancredo o apoio da UNE à sua candidatura à Presidência da República e solicitar do ex-governador mineiro o apoio à legalização da UNE, negada pelo regime militar. Renildo foi acompanhado pelo ex-presidente da entidade e atual deputado federal por Goiás, Aldo Arantes, e pelos deputados federais Haroldo Lima e José Luis Guedes, do PMDB baiano e mineiro.

Criado em Fortaleza o Comitê de Bairros Pró-Tancredo

Foi criado no dia 27, em Fortaleza, o Comitê de Bairros Pró-Tancredo com Constituinte. O Colégio Oliveira Paiva acolheu grande número de pessoas que vieram de ônibus de mais de 20 bairros para o ato político. Participaram do lançamento do Comitê os vereadores populares Francisco Lopes, Raimundo da Mata, Luis Carlos Paes e Marcus Fernandes; os suplentes de deputado estadual Benedito Bizerril e Amadeu Arraes; a presidente da Federação de Bairros e Favelas, Mônica Martins; o representante da Comissão pela legalidade do Partido Comunista do Brasil, e do PCB.(da sucursal)

Trio elétrico malufista é apedrejado em Salvador

Pela primeira vez em sua história, os baianos apedrejaram um trio elétrico. O Trio Tapajós, um dos mais tradicionais de Salvador, foi contratado para anunciar a inauguração do comitê de Maluf, que ocorreu dia 27, e por onde passou foi atingido por pedras e ovos, demonstrando o repúdio dos baianos ao candidato trombadão. Por mais que Orlando, o responsável pelo trio, dissesse pelo microfone que estava realizando um trabalho profissional, o povo nas ruas não lhe poupava: "Então tire a propaganda desse ladrão".(da sucursal)

Brasília prepara Assembléia Popular dia 25 de novembro

Será no dia 25 de novembro a Assembléia Democrática e Popular do Distrito Federal, conforme ficou decidido na última reunião com as entidades comprometidas com a sua realização. Neste encontro foi escolhida a sua comissão organizadora, constituída por todos os partidos políticos (inclusive os que estão na ilegalidade) e representantes da OAB, ABI, União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Brasília, universitários, centrais sindicais - especialmente da Coordenação Sindical Unitária e Independente - e de dois representantes das associações de moradores existentes na capital do país. (da sucursal)

Aracaju tem comitê da Aliança Democrática

O ato político de lançamento do Comitê Pró-Candidatura Tancredo Neves, em Aracaju, dia 27, contou com a presença de diversos parlamentares, o prefeito de Canhoba, do PDS, e centenas de populares. Alvaro Vilela, falando em nome da Comissão Estadual pela Legalidade do PC do Brasil, afirmou que "os comunistas apoiam Tancredo Neves porque esta candidatura no momento significa a continuação da luta contra o regime militar e tudo o que ele representa. E o povo nas ruas será a garantia para transitarmos do autoritarismo para a democracia". (da sucursal)

Em Cachoeiro candidato da oposição tem 85% dos votos

Por 129 votos a 22, o candidato Tancredo Neves derrotou Maluf numa pesquisa sobre a sucessão presidencial, em Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo, durante uma festa em comemoração dos cinco anos da Tribuna Operária, dia 28. Cada voto dado ao candidato da Aliança Democrática era aplaudido e, quando era para Maluf, ocorria o contrário, com vaia, e protestos. Na mesma época se realizou uma exposição no centro da cidade sobre o aniversário da TO sendo bastante visitada. (da sucursal)

Alagoanos presentes na votação dos delegados ao Colégio

A escolha dos delegados de Alagoas ao Colégio Eleitoral foi marcada, de um lado, pela posição de todos os escolhidos de "caminhar para onde o governador mandar" - e o governador Suruagy adiou mais uma vez o anúncio de sua posição, insinuada como de apoio a Tancredo; de outro lado, a sociedade civil marcou sua presença na Assembléia Legislativa, dia 29, quando era feita a votação dos delegados. Um documento, assinado por 16 das mais importantes entidades de trabalhadores do Estado, inclusive a Fetag, foi distribuído aos deputados estaduais, à imprensa e ao povo manifestando a expectativa de que os delegados eleitos estivessem comprometidos com a candidatura de Tancredo Neves. O governador Divaldo Suruagy afirmou que anunciará no dia 12 de novembro se apoia ou não o candidato das oposições. (da sucursal)

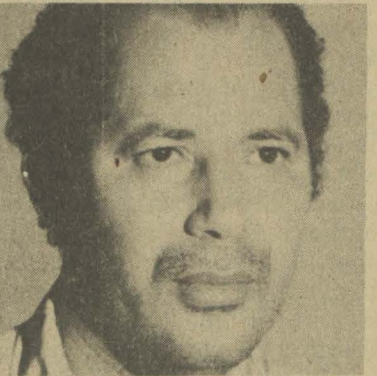
Leia, assinie e divulgue a Tribuna Operária
Talão de assinatura na página 8

Por que eles dão apoio a Tancredo

José Francisco, presidente da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), e Dom Tomas Balduino, bispo de Goiás e membro da direção da CPT (Comissão Pastoral da Terra), estiveram em São Paulo para um debate sobre "A Questão Agrária". Na oportunidade a Tribuna Operária coletou sua opinião sobre a sucessão presidencial.

A Contag definiu seu apoio ao candidato da Aliança Democrática num encontro com todas as 22 Federações Estaduais (Fetags), em 14 de setembro. Com base nas resoluções do último Congresso Nacional e de vários encontros regionais, a entidade elaborou um documento com as reivindicações do movimento sindical rural, entregue a Tancredo Neves, tendo como primeiro ponto o estabelecimento de ampla liberdade.

Para José Francisco, "esgotadas as possibilidades das eleições diretas e a partir do momento em que as oposições definiram que o terreno que restava para derrotar o continuísmo era o Colégio Eleitoral, a Contag definiu seu apoio a Tancredo Neves".



Zé Francisco: busca de espaço



Dom Balduino: sem puritanismo



No encerramento do Seminário todos cantaram o Hino Nacional

Mulheres apóiam Tancredo em Seminário Nacional

Entre 26 e 28 de outubro, realizou-se em São Paulo um Seminário Nacional sobre Mulher e Política, que contou com a participação de mulheres de 15 Estados e de todos os partidos políticos, inclusive do PDS.

O objetivo central do encontro era debater como os partidos políticos entendem a questão da mulher e a integração do movimento feminino na vida política nacional, particularmente na batalha sucessória.

Na plenária havia mulheres de diversos extratos sociais, e destacaram-se as delegações organizadas do Embú (SP) e do Paraná, ambas com mais de 40 participantes. Rocilda Laurinda de Oliveira, de 72 anos, que veio de ônibus de Fortaleza, achou que valeu a pena o esforço: "Até parecia que tinha viajado apenas 15 minutos..." Glória Ardaya, deputada boliviana, destacou que a batalha maior do povo brasileiro começa em 15 de janeiro para consolidar o avanço da democracia, acabar com a discriminação da mulher e pela melhor distribuição da riqueza. Cristina Novelli, presidente do Conselho Deliberativo de Rivadavia, na Argentina, considerou "justo, neste momento, as mulheres priorizarem a luta política, porque é a sucessão presidencial que polariza a nação brasileira." A deputada federal Mirtes Beviláqua (ES) completou:

Segundo o presidente da Contag, "o que se espera de Tancredo Neves é que ele abra mais espaço para que os trabalhadores discutam seus problemas e se organizem enquanto classe para fazer avançar suas lutas". A entidade não nutre ilusões de que o governo oposicionista resolva os problemas de fundo da nação: "Esperamos que, no mínimo, Tancredo controle a polícia, evitando que ela massacre a organização dos trabalhadores. Hoje os trabalhadores enfrentam as milícias privadas, a Polícia Federal e as polícias dos Estados, além dos latifundiários e grileiros. Esperamos que se contenha esta ação repressiva".

SER REALISTA

Segundo Dom Tomás Balduino, "o caminho é o apoio a Tancredo Neves para quebrar a continuidade do sistema, do regime. Realisticamente, eu acho que nós devemos lançar mão do mal menor para que consigamos dar um passo à frente".

Para ele, "Tancredo e Maluf não são iguais. Tancredo dá abertura, brecha para os passos à frente. Maluf retrocede, seria um neofascista repressor". Com relação à posição do PT de boicote ao Colégio Eleitoral, Dom Tomás afirma: "Eu respeito. Mas acho que ela favorece um dos lados. Porém esta posição do PT tem sua relativização nas divergências entre as bases e a cúpula partidária. Todos sabem que as bases do PT estão favoráveis a ir ao Colégio, mesmo repudiando-o. Ao passo que a cúpula mantém uma posição radical, ou melhor, puritana".



Deputado Mário Juruna exibe o dinheiro de Maluf: não tem sido fácil comprar a Presidência

Regime não tem como dar vitória a Maluf

Ao eleger três quartos dos delegados estaduais, a candidatura Tancredo Neves consagra-se como virtual vencedora do embate de 15 de janeiro no Colégio Eleitoral. O regime se excede, é verdade, em golpes baixos e truques sujos pró-Maluf. Mas não tem como — ao menos dentro do quadro institucional vigente — forçar a vitória de seu odiado candidato.

Dos 138 delegados estaduais que votarão no Colégio, Tancredo ficou com a totalidade das bancadas dos dez Estados governados por oposicionistas, e também da Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, cujos governadores, eleitos pelo PDS, "tancredaram". As delegações de Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Sergipe e Rondônia estão divididas ou inde-

cisas. Com Maluf mesmo ficaram apenas as bancadas do Maranhão, Paraíba, Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

Como a Aliança Democrática já conta com larga vantagem dentro da Câmara dos Deputados e quase empatada com o situacionismo ao nível do Senado, o quadro favorece amplamente uma vitória oposicionista. Tancredo Neves não está

blefando quando fala em 150 votos de vantagem sobre Maluf.

Este quadro não é estático. Tem evoluído, até agora em favor das oposições. E chegou na semana passada a um ponto praticamente sem volta. O deslocamento da camadas sociais e forças políticas para o campo oposicionista adquiriu tal dimensão, que o Colégio Eleitoral espúrio, montado para eternizar o regime, volta-se irremediavelmente contra seu criador.

Não por acaso os sequazes do Planalto forçam a mão na violência, na corrupção e nos casuísmos(veja o quadro).É que já ouvem o dobre de finados de seu regime. Paulo Maluf, é verdade, construiu uma imagem de "vencedor", uma espécie de gênio do crime, mas em outras circunstâncias sociais e políticas. Hoje, suas artimanhas pouco rendem, a não ser engrossar o coro que quer ver "Maluf no xadrez".

O REPTO DE MINAS

Surge então a hipótese de um golpe de Estado. Se as instituições condenam o regime dos generais, por que não botar os tanques nas ruas e acabar com elas? Não seria a primeira vez — basta ver 1968. O balão de ensaio já foi inflado pelo deputado Magalhães Pinto, decano do malufismo em Minas, que não teve papas na língua: "Se eu tivesse poder na mão, talvez desse um golpe", declarou segunda-feira, no Clube do Exército de Brasília e bem na frente do general Figueiredo.

A resposta, porém, veio a galope e evidencia que o ambiente não favorece planos golpistas. Logo no dia seguinte o governador Hélio Garcia, apesar de nada ter de radical, retrucava: "Minas não aceitará imposição alguma. Eleito, quem quer que seja tomará posse", disse o governador, agregando que "Minas está estruturada" para garantir a ordem constitucional vigente. Quando um homem como Hélio Garcia se exprime em semelhantes termos, é que a maré decididamente não está para golpe.

EMBATE DE FORÇA

O quadro desmente, portanto, quem só enxerga nos últimos acontecimentos uma "ofensiva do regime" — que, a bem da verdade, está estrangido a uma ingloria defensiva, embora combata com unhas e dentes. E não justifica, tampouco, quem só vê os avanços do bloco oposicionista, chegando ao cúmulo de descartar como "desnecessários" novos comícios pró-Tancredo. O que se assiste é a marcha de dois exércitos políticos, no rumo do confronto, com a batalha decisiva marcada para 15 de janeiro. As fileiras da oposição contam já com razoável superioridade, e são engrossadas a cada dia com novas deserções das hostes inimigas. Até o enfrentamento final, contudo, não existe que se coloque todas as fichas em tensão.(Bernardo Joffily)

Sessão de patifarias

A intervenção branca da Polícia Federal no Maranhão, dia 25, inaugurou uma temporada de golpes baixos sucessórios do regime em favor de Maluf. Selecionamos aqui as patifarias mais gritantes.

CASUÍSMOS

Dia 25. A mesa do Senado, de maioria malufista, pretende impugnar os votos de delegados pedessistas que apoiem Tancredo. Alega que os delegados estaduais representariam o partido e não a Assembléia e, portanto, só seriam válidos se fossem para o candidato do partido.

Dia 26. O ministro Lejtão de Abreu anuncia a intenção de transformar a votação no Colégio de oral em escrita. Tenciona assim impedir que o povo brasileiro presencie ao vivo quem vota em Paulo Maluf.

Dia 30. O procurador-geral da República, Inocêncio Mártires Coelho, dá parecer favorável à fidelidade partidária dos delegados estaduais, sob pena de cassação. A questão vai para o Tribunal Superior Eleitoral.

VIOLÊNCIAS

Dia 25. Agentes da PF, armados de metralhadoras, invadem a Assembléia Legislativa do Maranhão para assegurar a eleição de seis delegados malufistas. Segundo três governadores nordestinos, tropas do Exército estariam prontas a intervir em caso de resistência da PM maranhense.

Dia 25. O governador João Durval, da Bahia, denuncia que, devido ao bloqueio de verbas federais, foi obrigado a para-

lisar a obra principal de seu governo — a adutora de Pedra do Cavalo. Quinhentos trabalhadores perdem, assim, seu emprego e outros 5.500 correm o mesmo risco.

Dia 26. O vice-governador do Ceará, Adauto Bezerra, sofre operação pente-fino em seu banco, visando evitar sua adesão a Tancredo.

Dia 27. Os órgãos federais cancelam suas contas nas agências de publicidade DPE e Salles-Interamericana, por apoiarem Tancredo. A MPM, também ameaçada, retira seu representante do Comitê Pró-Tancredo.

Dia 29. Moacir Dalla, presidente do Senado, do Colégio Eleitoral e malufista, dispõe-se a pedir medidas de emergência para 15 de janeiro.

Dia 30. O ministro Delfim Netto corta Cr\$ 13 bilhões a que o Ceará teria direito pelo Fundo de Participação dos Estados. O governador Luiz Gonzaga Mota denuncia que foi para vingar-se.

CORRUPÇÃO

Dia 25. O deputado Mário Juruna acusa Calim Eid, braço direito de Maluf, de depositar em seu nome Cr\$ 30 milhões, como parte de uma propina de Cr\$ 370 milhões para se ausentar do Colégio Eleitoral.

Dia 26. Os deputados federais espírito-santenses Myrthes Bevilacqua (PMDB), Nyder Barbosa (PMDB) e Stélio Dias (PDS) recebem ofertas malufistas. A Myrthes foram oferecidos Cr\$ 250 milhões para votar em Maluf ou não ir ao Colégio.



Violência na Assembléia maranhense: início da temporada

Tancredo diz que enfrentará direita

“Enfrentaremos os que não aceitam a Constituição. Todos os brasileiros do Norte ao Sul do país devem se transformar em soldados para responder àqueles que pretendam ou que venham pretender agredir as instituições democráticas e o sentimento do povo pois nessa terra não há lugar para isso”.

Essas declarações foram feitas pelo candidato das oposições à Presidência, Tancredo Neves, durante o comício que reuniu 80 mil quinta-feira passada em Teresina no Piauí. Com elas, ele respondeu às trapaças, insinuações golpistas e outras investidas desesperadas com que os malufistas, informados com o avanço das forças democráticas e populares, buscam evitar a derrota no Colégio Eleitoral e manter, a qualquer custo, o regime militar.

FIGUEIREDO VAIADO

A concentração, organizada pelo governo Hugo Napoleão em apoio ao candidato das oposições, foi a maior já realizada no Estado do Piauí. A multidão encheu a praça da Liberdade, as escadarias da igreja de São Benedito, a avenida Antônio Freire e a praça Pedro II, dando ao ato uma dimensão que não encontra paralelo na história (a manifestação pelas diretas já reuniu 30 mil pessoas em fevereiro).

O forte espírito oposicionista que motiva o povo nesta campanha democrática ficou evidenciado quando eram citados nomes de políticos que apóiam o candidato do regime. A multidão respondia com vigorosas vaias. Foi o caso do deputado Celso Barros, ex-peemedebista, atualmente do PDS e malufista.

O general João Batista Figueiredo também mereceu uma intensa vaia quando teve seu nome citado por Tancredo, que lembrou a promessa de “fazer deste país uma democracia”. Já os oradores que criticaram o regime foram muito aplaudidos, como o candidato único das oposições e o sena-



80 mil fizeram o maior comício da História do Piauí. Figueiredo recebeu uma prolongada vaia da multidão.

dor José Sarney, que lembrou “os votos que no meu Estado foram arrancados do povo pela força das metralhadoras”.

RADICALIZAÇÃO

No seu enérgico discurso, Tancredo Neves deixou claro que a radicalização da campanha sucessória tende a aumentar e alertou: “Nessa cruzada até o dia 15 de janeiro vai haver muita turbulência”. Recomendou uma vigilância constante contra as manobras que poderão ser tentadas pelos malufistas.

“É preciso que essa vigilância se exerça para que se force o fiel cumprimento das leis e da Constituição, ameaçadas pelos inconformados que não querem se submeter ao império da lei e da ordem”. Condenou também “a recessão e a desesperança”, afirmando que embora 20 bilhões de dólares, se bem aplicados, “salvariam o Nordeste”, o governo federal gasta dinheiro com obras faraônicas como Itaipu e a Ferrovia do Aço.

“O estranho modelo econômico brasileiro enche os cofres da Nação à

custa do povo”, enfatizou. Citou, ainda, a trágica situação do ensino brasileiro, defendendo o segundo grau gratuito e considerando a universidade “mutilada e desmoralizada”. Já ao desembarcar no aeroporto, às 17h40m, Tancredo era esperado por milhares de pessoas. Além de saudar o ex-governador mineiro, o povo gritou bem alto a palavra-de-ordem (muito apreciada e repetida com frequência durante o comício), e que hoje é uma das cobranças básicas dos brasileiros: “um, dois, três, Maluf no xadrez”.

(da sucursal)

Mais de 70 mil no comício da Paraíba

Se o governador Wilson Braga pensou que anunciando seu apoio ao candidato do PDS, Paulo Maluf, a Paraíba iria malufar, enganou-se completamente. No dia 26 de outubro, as 70 mil pessoas (segundo a TV Globo, cerca de 100 mil) que foram à Lagoa do Parque Sólton de Lucena mostraram que o povo paraibano apóia o candidato da Aliança Democrática.

Foi, acima de tudo, uma festa da democracia. A multidão que gritava “Ufa, ufa, ufa, a Paraíba não malufa” deu um colorido todo especial ao comício pró-Tancredo, em João Pessoa. A festa da Aliança Democrática começou muito antes do comício da Lagoa. Logo às primeiras horas da tarde de sexta-feira, no Aeroporto Castro Pinto, mais de 8 mil pessoas se comprimiam à espera de Tancredo Neves, que chegou às 15 horas.

Do aeroporto até o centro de João Pessoa, Tancredo recebeu a manifestação “mais carinhosa da história da Aliança Democrática”, conforme afirmou à imprensa. Ao passar pelo bairro dos Novais (um dos mais pobres da capital), aproximadamente 40 crianças, filhos de favelados, maltrapilhos, aplaudiram o candidato da oposição.

CRÍTICA A FIGUEIREDO

Na entrevista coletiva que concedeu na sede do Diretório Regional do PMDB, Tancredo Neves denunciou o presidente Figueiredo “que vem colocando seu governo a serviço do candidato Paulo Maluf”. Disse, também, que o ministro da Justiça, Ibraim Aby Ackel, tem usado seu Ministério para ajudar Maluf. “Isto é um crime que se comete com o dinheiro do povo, por-



Foto: Nildo

O povo compareceu em massa ao comício da oposição, repudiando a malufada do governador paraibano.

que todo órgão do governo vem sendo colocado a serviço de uma candidatura que o povo brasileiro repudia”, comentou Tancredo.

O candidato da Aliança Democrática também condenou energicamente as prisões de militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do Brasil) pela Polícia Federal em quatro Estados do país (ver declaração na página 9). Ainda na sede do PMDB, Tancredo recebeu uma homenagem dos estudantes secundaristas e conversou com prefeitos, deputados, vereadores e lideranças políticas do Estado. Em seguida, visitou o arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, o Dom Pelé. O bispo pediu a Tancredo que, caso eleito presidente promovia uma reforma agrária no país.

O comício se iniciou às 17:30 horas quando já se concentravam mais de 50 mil populares. Falaram os vereadores e deputados estaduais. Depois o representante da Comissão pela Legalidade do PC do Brasil, José Rodrigues da Costa, usou da palavra para exigir o fim do regime militar e condenar as prisões dos comunistas. Ele leu a lista dos presos, entre eles José Duarte, e afirmou que “estas prisões fazem parte da ação terrorista do governo que não quer aceitar a marcha da democracia em nosso país”.

Durante o comício, um documento condenando a ação da Polícia Federal coletou mais de 50 assinaturas, entre elas a de sindicalistas, parlamentares e artistas, como João do Valle, Elba Ramalho, Paulinho da Viola e Fafá de

Belém. O documento será enviado ao ministro da Justiça.

Também o presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, condenou as prisões, afirmando que a polícia estava sendo orientada pelo ministro da Justiça. Vários outros oradores protestaram contra as perseguições e hipotecaram solidariedade aos detidos.

Com gritos e palavras de ordem a multidão vibrou quando o ex-candidato a governador, Antônio Mariz, falou. O mesmo aconteceu com o ex-governador e ex-candidato ao senado, Pedro Gondim. Participaram ainda do comício o deputado Tarcisio Burity, José Sarney, Freitas Nobre, Marcos Freire e outros. (José Euflávio, da sucursal de João Pessoa).

E agora, PT, como explicar

Os dirigentes e teóricos do PT têm procurado as mais obtusas explicações para justificar o fenômeno de massas que vem empolgando a candidatura Tancredo Neves: em Goiânia teria sido a “Liderança de Iris Rezende”; em Belém, o “Círio de Nazaré”. E em João Pessoa, qual explicação?

Aqui não temos líder carismático. Temos um PMDB extremamente frágil, que em 1982 perdeu as eleições para governador por mais de 150 mil votos. Temos um governador que é malufista. E ainda mais: o comício do dia 26 começou às 17 horas, quando grande parte da população estava no trabalho, e concorreu com a II Feira da Paraíba, que durante toda semana levou milhares de pessoas para a Praça da Independência. Mesmo assim, uma verdadeira multidão foi ao comício da Aliança

Democrática. No mesmo local onde, há nove meses atrás, 20 mil pessoas exigiram diretas-já. A massa aplaudiu entusiasticamente os oradores, em especial os discursos mais contundentes contra o regime militar e seus esbirros; aplaudia também a simples menção do nome de Tancredo. A própria Rede Globo admitiu que cerca de 100 mil pessoas foram ao comício no dia 26.

E então, qual a explicação? Loucura coletiva? Ou a certeza generalizada entre as amplas massas exploradas e oprimidas de que o caminho para as mudanças que desejam, hoje passa pela candidatura da Aliança Democrática, e de que a demonstração de seu apoio a Tancredo Neves é elemento indispensável para a vitória oposicionista no Colégio Eleitoral? (Agamenon Travassos)

Manifestação dia 7 na Sé, em São Paulo

Dois grandes comícios em apoio ao candidato único das oposições à Presidência, Tancredo Neves, serão realizados na primeira quinzena de dezembro: um será na Praça da Sé, em São Paulo, no dia 7; o outro, no Rio de Janeiro, que ainda não tem data nem local definidos.

“O comício da Sé poderá ser uma das maiores manifestações políticas da nossa história”, garantiu, otimista, o governador Franco Montoro. E é como esse espírito que as lideranças oposicionistas estão pretendendo realizar a manifestação.

O PMDB está ultimando os preparativos para que todos os seus diretórios no interior e na capital sejam acionados no objetivo de mobilizar a população. Conforme dirigentes regionais desse partido, “pode-se dizer que o sucesso será assegurado, pois o povo entendeu a mudança política e, após a grande campanha pelas diretas, voltou às ruas com a mesma intensidade para apoiar o candidato das oposições”.

Nesta segunda-feira deverá ser realizada uma reunião para discutir a organização do ato e a elaboração de panfletos, cartazes e outros materiais de propaganda. Está prevista a instalação de telões nas ruas XV de Novembro e Rangel Pestana “para que a população tenha contato mais direto com os oradores, artistas e lideranças presentes”.

No Rio de Janeiro, por enquanto, ainda não ocorreram iniciativas concretas visando a realização da manifestação anunciada por Ulysses Guimarães para a primeira quinzena de dezembro. O presidente do PMDB afirma que “é preciso manter o povo nas ruas como resposta às investidas contra os democratas”.

Infelizmente, entretanto, nem todos compreenderam essa verdade elementar. Há os que acham preferível evitar ou reduzir o número de comícios para “não radicalizar”. E foi cedendo a argumentos desse tipo que a Aliança Democrática cogita desmarcar o ato de Curitiba, previsto para 22 de novembro (e em São Paulo foram suspensas algumas manifestações, como a que estava sendo preparada em Campinas). O entendimento dominante, apesar disso, é de que as manifestações devem ter continuidade.

OPINIÃO

Mobilizar para vitória e posse

A cada investida desesperada do regime militar contra as forças democráticas e populares, de dentro das oposições levantam-se as vozes de alguns setores eternamente assustados, revivendo as pregações contra as manifestações populares em apoio ao candidato Tancredo Neves.

Argumentam que os comícios provocam a radicalização. Que é preciso retirar o povo das ruas e limitar a campanha sucessória aos participantes do Colégio Eleitoral. Pois assim, imaginam, será possível acalmar o ânimo de Maluf e seus asseclas, evitar tropeços, bem como criar as condições para uma evolução tranqüila do quadro político.

São raciocínios que não pecam apenas pela ingenuidade. Também revelam uma ilusão que pode causar graves prejuízos políticos. É preciso não esquecer que — como admitiu o vice-presidente Aureliano Chaves — foi o povo nas ruas quem alterou a correlação de forças políticas no país, isolando cada vez mais o regime militar, dividindo o PDS e abrindo caminho para a vitória do candidato oposicionista mesmo no Colégio Eleitoral.

Da mesma forma, as forças do continuísmo mostram a cada momento que estão dispostas a usar de todas as armas para manter o regime. E o que mais temem é o povo, são as manifestações de massa contra o arbítrio, os grandiosos comícios que se realizam em todo o país. Suspender as manifestações, tirar o povo das ruas (como sugerem alguns) equivale a fazer o jogo do inimigo, e ampliar o campo para suas manobras.



Tancredo condenou a prisão dos que defendem a legalidade do PC do B

Foto: Nildo

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Manter a rota democrática

O que mudou com as últimas tropelias dos generais intervindo no Maranhão e perseguindo comunistas em vários Estados? Alguns dizem que a conjuntura exige uma nova frente tendo como base a "defesa contra a escalada repressiva", desvinculada da campanha sucessória. Ao proletariado, no entanto, interessa manter e ampliar ainda mais a atual unidade das oposições. Ao lado de tomar medidas específicas contra as agressões fascistas, é essencial manter firme o leme, rumo à conquista de um governo democrático com Tancredo Neves na Presidência.

REGIME FALIDO

Os que propõem uma nova frente não percebem a situação política. Daqui até 15 de janeiro, e mesmo até 15 de março, na posse do novo governo, é de se prever um período de confrontos. Mas não se pode fazer um paralelo com 1964 ou com 1968.

Em 64 a direita vinha num crescendo, aproveitando-se da desmoralização do governo burguês reformista, impotente diante dos graves problemas do país. Deu o golpe com certo apoio social. Em 68 a direita avançou no processo golpista, desarticulando uma pequena retomada momentânea do movimento de massas.

Agora ao que se assiste é a falência e demoralização de um regime direitista, atolado na corrupção, batido politicamente, acuado por um vigoroso ascenso do movimento democrático e popular. As massas vão passando para a ofensiva e os generais em desespero dão botes agressivos para tentar evitar o enterro do defunto.

POLÍTICA FLEXÍVEL

É justo organizar manifestações específicas com a finalidade imediata de rebater os ataques da repressão. Inclusive incorporando neste processo correntes como o PT, que obstinadamente não participam da campanha unitária das oposições. Mas isto é um movimento que está contido dentro da questão maior de vencer a ditadura e seu candidato Paulo Maluf, em janeiro. Ou seja, é uma manobra defensiva dentro de um quadro geral de ofensiva. É preciso adotar orientações amplas e flexíveis.

A melhor forma de defender-se do desatino do regime militar é prosseguir na luta por sua liquidação. Seria desastroso numa hora destas alterar a rota e retornar à política anterior, voltada principalmente para a resistência. O que se coloca na ordem do dia é paralisar os arranjos militares com um movimento de massas cada vez mais vasto, em articulação com a mais ampla unidade de todos os setores descontentes com Figueiredo, Maluf, e sua camarilha dominante.

Alguns ainda lembram com preocupação a possibilidade de um golpe para barrar o processo democrático. Não se pode descartar inteiramente esta hipótese. Mas o antidoto deste veneno não será encontrado, no momento atual, freando a campanha de massas em andamento. Isto seria cair na jogada malufista. O combate conseqüente aos golpes e ao sistema repressivo tem como objetivo imediato a conquista de um governo democrático tendo à frente o candidato único das oposições.

TENDÊNCIA DE VITÓRIA

O fato de ocorrerem choques agudos daqui até 15 de janeiro, e mesmo até a posse em março, não significa necessariamente golpe. É natural que, na hora da decisão de uma batalha tão acirrada, para liquidar 20 anos de arbítrio, se passe por turbulência. Mas a tendência principal é para a vitória democrática — apesar de ferimentos e perdas que possam ocorrer durante os combates. (Rogério Lustosa)

A intervenção na Assembléia Legislativa do Maranhão e a recente ofensiva contra os comunistas, onde o governo utilizou acintosamente a Polícia Federal para tumultuar o processo sucessório em favor de Paulo Maluf, vêm confirmar que, junto com a campanha para levar à Presidência da República o candidato das oposições, coloca-se como tarefa de primeira grandeza a luta por uma Assembléia Nacional Constituinte.

Aos trabalhadores interessa que a Constituição repudie os esquemas retrógrados imperantes no país, heranças do atraso e do latifúndio, e registre as mudanças ocorridas na sociedade nas últimas décadas. O desenvolvimento das forças produtivas, com o estabelecimento de grandes e modernos parques industriais, não suporta mais as amarras do obscurantismo, exige que o povo em liberdade abra as portas para profundas transformações rumo a um novo sistema social.

Plano dos generais de tutelar o povo

A questão do poder merecerá atenção especial da Constituinte. Em 1824 a Constituição outorgada por D. Pedro I consagrava o chamado Poder Moderador, exercido pelo Imperador. O artigo 99 dizia: "A pessoa do Imperador é inviolável e sagrada: ele não está sujeito a responsabilidade alguma". Pois hoje, em pleno alvorecer do século XXI, existem esforços no sentido de restabelecer esta aberração, com roupa nova. Em vez do monarca colocam-se agora as Forças Armadas. Seria o coroamento — sem trocadilho — do conceito de casta tão querido aos nossos generais, que se julgam uma elite com a missão de tutelar o povo inulto e incapaz — que nem ao menos tem o hábito de escovar os dentes, como chegou a declarar o general Figueiredo num de seus arroubos de "sinceridade".

Esta intenção está patente em toda a trajetória do golpe de 1964, em particular na atual Constituição, outorgada pela Junta Militar em 1969. Já no preâmbulo, inserido pelos generais, fica flagrante a intenção de instituir a superioridade do poder militar sobre a sociedade civil ao ressaltar que: "Os ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar... promulgam a seguinte emenda à Constituição..."

Para completar, os artigos 87, 88 e 89 determinam que o Conselho de Segurança Nacional — onde os generais têm amplo domínio — passa a ser o órgão de mais alto nível na assessoria direta do presidente da República, pelo qual é presidido, e que a este organismo



A Constituinte terá como tarefa central pôr fim ao monopólio dos generais

compete estabelecer os objetivos nacionais permanentes e as bases da política nacional. E ao Congresso Nacional, cabe perguntar, o que resta?

Mas não pára aí. Através do decreto-lei de 4 de dezembro de 1970, no artigo 9, evidencia-se que o CSN comanda a vida pública mediante diretrizes "ou qualquer outro ato" encaminhados pelo presidente da República aos ministros. O Chefe do Executivo é, portanto, antes de tudo presidente do CSN. E passa suas diretrizes ao governo.

O Executivo domina os demais poderes

Completando este sistema de monopólio do poder, os generais implantaram a partir de 1964 a supremacia do Executivo sobre o Legislativo e o Judiciário.

Já o Ato Institucional nº 1 dava ao presidente direito de enviar projetos ao Legislativo que seriam aprovados automaticamente se o Congresso não os votasse no prazo de 30 dias. Na Constituição de 1969 isto ficou sacramentado com a criação do decreto-lei, que passa a vigorar a partir de sua publicação, é automaticamente aprovado por decurso de 60 dias de prazo e cujos efeitos não são anulados em caso de sua rejeição pelo Congresso. Acrescentem-se a isto as "medidas de emergência, estado de sítio", com os quais o imperador, digo, o presidente assume poderes absolutos. Sem contar a interferência do poder central, praticada através da Polícia Federal em todos os setores da vida pública, passando inclusive por cima da autonomia dos governos estaduais, como ocorreu por exemplo na Assembléia Legislativa do Maranhão para

tirar delegados malufistas ao Colégio Eleitoral.

Este controle do Executivo sobre os demais poderes não é apenas um problema do Brasil ou mesmo da América Latina. Mesmo nas democracias burguesas tradicionais, tanto na Europa como nos EUA, esta ameaça é cada vez mais intensa. Com a passagem do capitalismo à fase dos monopólios, estas grandes corporações tratam de supervalorizar a Presidência, sob seu controle direto, e a utilizam para impor suas diretrizes ao país. Montam inclusive comitês especiais, sob o nome de Conselhos, Assessorias etc, constituídos por homens de sua absoluta confiança, para melhor exercer este domínio. Basta lembrar, por exemplo, nos EUA personagens como Kissinger, Brzezinski e outros, sempre como eminência parda nos governos, embora sem qualquer mandato eletivo.

No primeiro semestre o próprio general Figueiredo havia enviado uma proposta de emenda alterando diversos itens da atual Constituição. Mas para sanar este mal não basta alguns remendos. O que está em questão é a própria orientação arbitrária que a orienta. Impõe-se uma nova Carta Magna, forjada pela concepção democrática e fruto de um amplo debate entre os brasileiros, num clima de liberdade.

A Constituição vira colcha de retalhos

No Brasil a presença constante e cada vez maior do imperialismo, assim como o predomínio marcante do monopólio da propriedade da terra na estrutura agrária levam a um brutal acirramento de todas as contradições econômicas e

sociais e, conseqüentemente, a uma grande instabilidade do poder. Os diversos grupos e segmentos das classes dominantes vivem em conflitos permanentes para garantir sua parte no bolo. O poder muda de mãos com freqüência. Usam a Constituição para defender diretamente seus interesses de grupo e alijar as camarilhas concorrentes, e para evitar qualquer brecha que permita ao povo se organizar e lutar por seus direitos. Daí a Constituição, ao invés de fixar os traços fundamentais do ordenamento social, perde-se em minúcias, amarrando a defesa dos privilégios, sofre remendos e alterações a cada instante, em função das modificações na composição do poder.

A nova Constituição que o Brasil necessita terá, portanto, que criar mecanismos eficientes para defender a soberania nacional e favorecer a democratização da posse da terra.

Como exigência das mais amplas forças sociais a Constituinte deverá discutir e aprovar formas de coibir a orgia de empréstimos externos, principal responsável pela total submissão do país ao FMI, assim como a descarada penetração do capital estrangeiro em todos os setores chave da economia nacional. Em particular urge restabelecer o princípio básico de que qualquer acordo com o exterior depende de consulta ao Poder Legislativo e jamais pode ser efetuado a bel prazer dos Delfim Netto, acobertados pelos generais-presidentes. Da mesma forma sempre restaurar a defesa da propriedade do subsolo como bem inalienável da nação, que não tolera concessões ao imperialismo.

Em relação à questão fundiária, também responsável pela situação de dificuldades em que vive o país, e por graves conflitos em todo o interior, a solução cabal só pode vir de uma reforma agrária radical. Mas através de forte pressão de massas é possível avançar na Constituinte no sentido de facilitar o acesso do camponês à terra, colocar em prática alguns de seus direitos já conquistados mas engavetados pelos governos e pelos latifundiários, e abrir mais espaço para as lutas do homem do campo.

Inúmeras outras mazelas terão que ser tratadas e abolidas da nossa legislação. A liberdade e autonomia sindical, o voto dos analfabetos etc. Mas tudo decorre

do princípio básico que norteia um documento deste tipo.

Não se trata apenas de negar o regime militar. Isto é essencial. Mas impõe-se também adaptar a Constituição ao avanço verificado na sociedade. Em particular reconhecer o papel que o povo, em particular o seu destacamento mais progressista, a classe operária, passou a desempenhar no Brasil. E propiciar condições para que esta força nova e dinâmica siga adiante rumo a um sistema social superior.

Reconhecer o povo e conter os militares

Não se cogita simplesmente negar a existência das Forças Armadas. Apenas um novo sistema social e político de caráter popular terá condições de substituir o esquema atual, de um instrumento armado, separado das massas e encarregado de conter suas aspirações, por um novo mecanismo, onde o povo armado garantirá a ordem. Enquanto durar o Estado atual, a serviço do capital, os trabalhadores não alimentam tal ilusão. Mesmo assim coloca-se como questão imediata, da mais alta importância, submeter as Forças Armadas aos poderes constituídos. Impedir que se sobreponham à nação e cometam as maiores tropelias, como vem acontecendo principalmente nestes últimos 20 anos.

Para construir uma Carta Magna adequada às necessidades do país, exige-se a participação das mais diversas correntes de opinião pública num grande debate sem nenhum tipo de coação. Desta forma, é possível estabelecer um ordenamento político democrático no Brasil, levando em consideração a correlação de forças entre as diversas classes e camadas sociais.

O proletariado tem imenso interesse na conquista de uma Assembléia Constituinte, mesmo sabendo que este instrumento fundamental da democracia não ultrapassa os limites das liberdades burguesas. A sua convocação e a intensa movimentação política para sua elaboração, ao permitir uma vasta mobilização e organização popular, podem representar um impulso enorme na luta da classe operária por modificações estruturais na sociedade, rumo ao socialismo. (Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Chega de brincar

Vinte governadores apóiam Tancredo, no mínimo 393 dos 686 delegados ao Colégio Eleitoral também são a favor do candidato da Aliança Democrática. O povo cada dia mais demonstra seu favoritismo pelo representante das oposições.

Diante deste quadro, que indica uma vitória estrondosa da democracia na batalha sucessória, o presidente malufista do Senado, Moacyr Dalla, diz que pode pedir medidas de emergência em 15 de janeiro "se ocorrerem outros episódios como o hasteamento de uma bandeira da CUT num mastro da Câmara Federal", realizado por alguns petistas festivos, recentemente.

Em relação à invasão da Assembléia do Maranhão pela Polícia Federal, o ilustre senador não tem nada a dizer. Em relação aos Cr\$ 30 milhões com que Maluf tentou comprar o voto de Mário Juruna, também não. Em relação às invasões de residências e entidades, e prisão de comunistas, pela Polícia Federal, igualmente o presidente do Senado manteve silêncio.

O sr. Moacyr Dalla poderia evitar abrir a boca por uns tempos. Depois vai ter que dizer vergonhasamente, como Magalhães Pinto, que fazia uma brincadeira quando defendeu um golpe. O povo não está brincando. E milhões de brasileiros unidos têm condições de derrotar estas manobras antidemocráticas. É hora de decisão.



É inadmissível que o governo receba ordens da Sra. Ana Maria... e outras missões do PM



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Congresso da UNE apóia Tancredo

Na maior votação de sua história — 1972 votos contra 1.263 — a União Nacional dos Estudantes decidiu apoiar o candidato único das oposições, Tancredo Neves, tendo em vista pôr fim ao regime militar. A deliberação foi tomada domingo dia 28, no Maracanãzinho, Rio de Janeiro, por um Congresso da UNE também recordista: 3.453 delegados de todos os Estados.

Dada a notável impopularidade de Paulo Maluf nos meios universitários, o único estudante identificado como malufista no Congresso nem sequer era delegado. Mesmo assim a sucessão monopolizou todas as atenções, com a polarização entre “tancredistas”, adeptos do apoio a Tancredo, e “boicoteiros”, defensores do não comparecimento ao Colégio Eleitoral.

O assunto se impôs já na cerimônia de abertura do Congresso, que lotou o auditório da UERJ e foi marcada por discursos onde as saudações protocolares cederam espaço para ardorosas defesas de posição. Nas plenárias, então, a tradicional guerra de palavras de ordem entre os delegados concentrou-se integralmente na sucessão.

AÇÃO DOS SABOTADORES

O bloco dos “boicoteiros”, constrangido à defensiva (veja o quadro) usou como recurso a obstrução dos trabalhos do Congresso. Ao longo de toda a primeira sessão plenária, a facção do PT até hoje conhecida por **Libelu**, somada à dos **autonomistas**, sabotou a discussão colocando em dúvida a legitimidade dos delegados e do próprio Congresso. Apesar da manobra ter sido repudiada inclusive pela grande maioria dos partidários do PT, só foi vencida depois da convocação extraordinária de um Coneg (Conselho Nacional de Entidades Gerais) e fez com que se perdesse todo o dia de sábado. No domingo, depois da votação decisiva — Tancredo ou boicote —, as diferentes correntes petistas e uma parte da reduzida bancada pedetista não se conformaram com a derrota e exigiram nova votação, desta vez nominal. Já passava de meia-noite de domingo quando o presidente da UNE, Acildon Pae, anunciou o resultado oficial que consagrava o apoio a Tancredo, por 499 votos de vantagem. Assim, o Congresso teve apenas a madrugada de segunda-feira para debater, já exausto, os outros pontos do temário.

Essas provocações empobreceram o nível da discussão no Congresso. E deixou insatisfeita a grande massa de delegados que, independente de suas opiniões sobre a questão sucessória, veio ao Rio de Janeiro na expectativa de um debate amplo e atencioso de todas as questões postas em pauta no movimento estudantil.

VOTAÇÃO DECISIVA

A lacuna não impediu, porém, que milhares de estudantes caíssem no samba,



Renildo Calheiros, eleito presidente da UNE



Os 3.453 delegados da UNE decidiram consertar a posição errada assumida pelo Coneb em julho e apoiaram Tancredo na sucessão

ao som de uma ensurdecadora batucada e sob uma chuva de papel picado, assim que souberam o resultado da votação decisiva. É que a questão fora fartamente discutida nas escolas, servindo como divisor de águas principal para a eleição de delegados. Assim, a decisão de hipotecar apoio à candidatura única oposicionista, ainda mais por uma margem tão grande, foi saudada como reflexo direto da opinião da maioria dos universitários brasileiros. E teve o mérito de recolocar a UNE nos trilhos da luta coerente contra o regime militar, corrigindo a posição “boicoteira” aprovada por estreita margem, em julho, no Coneb (Conselho Nacional de Entidades de Base) realizado em Vitória da Conquista.

O novo presidente eleito já na manhã de segunda-feira, Renildo Calheiros (25 anos, alagoano e estudante de Geologia na Universidade Federal de Pernambuco), sublinhou este aspecto em seu primeiro discurso como dirigente máximo da UNE: “O 36º Congresso é importante — disse Renildo — antes de tudo porque consertou a posição errada assumida pelas entidades no Coneb de Vitória, ao aprovar uma proposta de unidade que leva a UNE a se juntar aos estudantes e ao povo em torno do que mobiliza o país, que é a candidatura única das oposições”.

OPÇÃO JUNTO COM O POVO

O apoio à candidatura Tancredo não significa opção ou preferência da entidade máxima dos universitários por um partido político. A posição vencedora baseia-se no fato de que o país inteiro vive o enfrentamento entre um candidato do regime militar, Paulo Maluf, e outro das oposições, Tancredo Neves, que conta com evidente apoio da esmagadora maioria do povo. Representa portanto a continuação da atitude assumida pela UNE nas eleições de 1982, quando recomendou o voto contra o governo, na oposição.

Ao mesmo tempo, trata-se de um apoio ativo e reivindicante. Tanto assim que o Congresso aprovou o “Plano de Emergência” de 15 pontos apresentado pela diretoria da entidade (ver TO nº 190) para enfrentar a situação caótica da Universidade brasileira. Os estudantes tiraram comissão para encaminhar estes 15 pontos ao candidato oposionista em Brasília, e servirão como eixo das lutas

“Boicoteiros” saem derrotados

A batalha sucessória está inflando consideravelmente no espectro político do movimento universitário. O 36º Congresso da UNE atestou que as numerosas facções estudantis do PT entraram numa visível defensiva, diante da dificuldade de sustentar sua posição anti-Tancredo.

Um sintoma expressivo dessa defensiva foi dado por dois delegados de base, entrevistados pela **Tribuna** enquanto esperavam para votar a favor da proposta derrotada. Tanto Antônio Barbosa, da Faculdade de Direito de Taubaté, como Sílvia, que cursa Jornalismo na PUC de Campinas, confessaram que se elegeram candidatos participando de chapas “tancredistas”, pois se abrissem o jogo não teriam como se eleger. “Me disfarcei de tancredista para vir votar no boicote” — admitiu Barbosa. Sílvia também foi clara: “Ninguém me perguntou se eu era pelo boicote e então eu não falei, né? A consciência dói um pouco. Mas numa situação dessas...”

Num Estado como o Amazonas, todos os 49 delegados presentes eram favoráveis à candidatura única. E mesmo em áreas tidas como bastiões do PT, como o ABC paulista, a maioria dos delegados apoiou a posição vencedora.

Na implacável luta de idéias que contagiou o movimento estudantil, não há lugar para meia-medidas e os defensores do boicote à candidatura Tancredo são apontados como malufistas na prática. Uma das musiquinhas muito usadas na guerra de palavras de ordem durante o Congresso dizia: “Mamãe, eu quero; mamãe, eu quero mamãe, eu quero saber como é que pode, como é que pode Paulo Maluf candidato do PT”...

Naturalmente há exagero em dizer que os estudantes que apoiaram o boicote são malufistas, ou mesmo que te-

nham a “intenção” de ajudar o candidato do regime. Mas o fato é que a maioria dos universitários deu sua opinião: acha que o certo é votar em Tancredo, e que deixar de ir ao Colégio Eleitoral só beneficiaria os planos malufistas.

Por outro lado, a bandeira de “Diretas-Já” levantada hoje pelo PT revela-se como uma grotesca caricatura do que foi durante a memorável campanha das Diretas. E os petistas, sem nenhuma proposta exceto o boicote, condenaram-se ao imobilismo no momento preciso em que o país vive um enfrentamento tão decisivo como o atual. Na prática, só fazem planos para daqui a cinco meses, quando pretendem fazer oposição a Tancredo, conforme comentava uma delegada numa reunião da parte da bancada petista: “Mesmo que hoje o povo, seja por que motivo for, se coloque do lado da conciliação, no dia 16 de março a maré vem para o nosso lado”.

A FORÇA DE “VIRAÇÃO”

Enquanto as tendências petistas aguardam a maré virar e se dividem (no sábado à noite, em vez de uma, fizeram três reuniões de bancada irreconciliáveis entre si), “Viração” ganha mais força. No Congresso, cerca de metade dos 3.400 delegados inscritos identificavam-se com esta corrente de opinião, vencedora em todas as votações realizadas.

Ao lado de “Viração”, também esteve presente ao Congresso a União da Juventude Socialista, fundada há pouco em São Paulo, que promoveu uma festa para os delegados que varou a madrugada de sábado para domingo. Para Aldo Rebelo, ex-presidente da UNE e coordenador da UJS, a relação entre os dois movimentos é independente, mas “a UJS apóia Viração e vê nela a portadora das posições mais avançadas no movimento estudantil”.

estudantis durante a próxima gestão da UNE.

A nova diretoria da entidade máxima dos universitários, eleita com base nas

posições vitoriosas durante o 36º Congresso, tem 19 membros e é composta na maioria por estudantes vinculados à tendência “Viração”.

Sucesso no maior encontro de centros cívicos do país

Realizou-se com sucesso dia 27 de outubro o Encontro Estadual de Centros Cívicos de São Paulo. O comparecimento de cerca de 1.200 estudantes e representantes de 248 centros cívicos no auditório da Secretaria de Educação para discutir o projeto de lei do deputado Aldo Arantes mostrou o grande anseio dos secundaristas por liberdades dentro das escolas.

O Encontro foi promovido pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e contou com o apoio da Secre-

taria de Educação do Estado. A presença significativa de Centros Cívicos Estudantis (CCE) de todas as regiões do Estado mostra o despertar para a luta de setores que até há pouco tempo se mantinham à margem dos debates políticos, fruto exatamente da pouca ou nenhuma liberdade em suas escolas.

O tema central discutido no Encontro foi o projeto de lei do deputado federal Aldo Arantes (PMDB-GO) que permite

a livre organização das entidades estudantis a nível de escola. Na impossibilidade de comparecer, o deputado goiano e ex-presidente da UNE enviou uma mensagem apoiando o evento. Aldo Arantes relatou como após o golpe de 1964 os militares se preocuparam em barrar o crescimento da luta popular. “Na conquista deste objetivo um dos alvos privilegiados foi o movimento estudantil, tanto o universitário quanto o secundarista. Por isso colocaram na ilegalidade a UBES e extinguíram os grêmios estudantis, criando os Centros Cívicos, dirigidos pelos diretores das escolas, com o claro propósito de manter os estudantes sob o controle das direções das escolas”.

“GRANDE VITÓRIA”

Delcímar Pires, presidente da UBES, empolgado com o sucesso do Encontro, afirmava que “foi uma grande vitória”. E acrescentava: “Isto mostrou claramente que a democracia e a participação dos estudantes dentro das escolas é um problema que precisa ser resolvido”. Os secundaristas também estão conscientes de que esta liberdade dentro das salas de aula está intimamente ligada com a necessidade de pôr fim ao regime militar. Praticamente por consenso os estudantes apoiaram o candidato das oposições Tancredo Neves e nem foi levantada a proposta de boicote ao Colégio Eleitoral.

O principal destaque foi para as dele-

gações do interior, cerca de 70% dos presentes. Cidades distantes como Presidente Prudente enviaram três ônibus — viajando 12 horas —. De Araçatuba vieram 60 alunos que trouxeram um abaixo-assinado com cerca de duas mil assinaturas endereçado ao presidente do Senado, exigindo a aprovação do projeto de lei do deputado Aldo Arantes.

VENCENDO DIFICULDADES

Para mobilizar todo este contingente de secundaristas foram enfrentadas sérias dificuldades. Em várias escolas os diretores impediram a divulgação do Encontro. Um exemplo foi na Escola Tanel Abbud, de Presidente Prudente, onde a direção barrou a entrada de diretores da UBES e colocou notícias mentirosas nos jornais contra eles. Mara Rúbia, da diretoria do CCE da escola Manuel Bento da Cruz, de Araçatuba, explicou a **TO** que, devido à falta de liberdade, tiveram que fazer escondido o abaixo-assinado ao senador Moacyr Dalla. Na sua cidade uma outra secundarista foi suspensa das aulas por dois dias porque fazia divulgação do Encontro.

No final do Encontro ficou deliberado que cada Centro Cívico deverá fazer abaixo-assinados dirigidos ao Congresso exigindo a aprovação do projeto de lei do deputado Aldo Arantes. Para Aldo Arantes, é importante que os secundaristas tenham uma grande pressão política sobre os deputados para que o projeto seja aprovado.

No Amazonas sindicalistas estão unidos

Cerca de 700 delegados representantes de trabalhadores rurais e urbanos estarão reunidos nos dias 16, 17 e 18 no auditório do Sesi de Manaus no II Encontro das Classes Trabalhadoras do Amazonas. O evento está sendo promovido pela Intersindical-AM, que reúne mais de 90% das entidades sindicais do Estado.

Todos os municípios do interior deverão eleger delegados ao Encontro. O coordenador-geral da Intersindical, Francisco Braga, enfatiza que um dos principais problemas a ser discutido “é o da reforma agrária, que tem um grande significado para os amazonenses”.

A zona franca de Manaus e o distrito industrial, da mesma maneira, serão analisados pelos trabalhadores. Outro problema levantado por Braga relaciona-se com os programas de governo aplicados na região, que, em geral, não observam as características regionais e transformam-se em cabides de empregos para os apadriñados do regime.

O compromisso maior dos trabalhadores com a reunificação do movimento sindical, como lembrou o presidente da Intersindical, será mais uma vez renovado. “Nós lutamos por uma central sindical unitária que aglutine todas as forças do movimento sindical para fazer frente à política espoliativa do regime militar.” A sucessão presidencial, neste campo, também merecerá uma análise mais profunda.

Conforme o presidente do Sindicato dos Jornalistas do Amazonas, Mário Monteiro de Lima, “a luta dos trabalhadores deve ter seu início pela unidade. Temos de sair em defesa da unidade porque as necessidades dos trabalhadores são iguais, sejam eles de uma ou outra tendência política”.

CUT faz mais um encontro divisionista

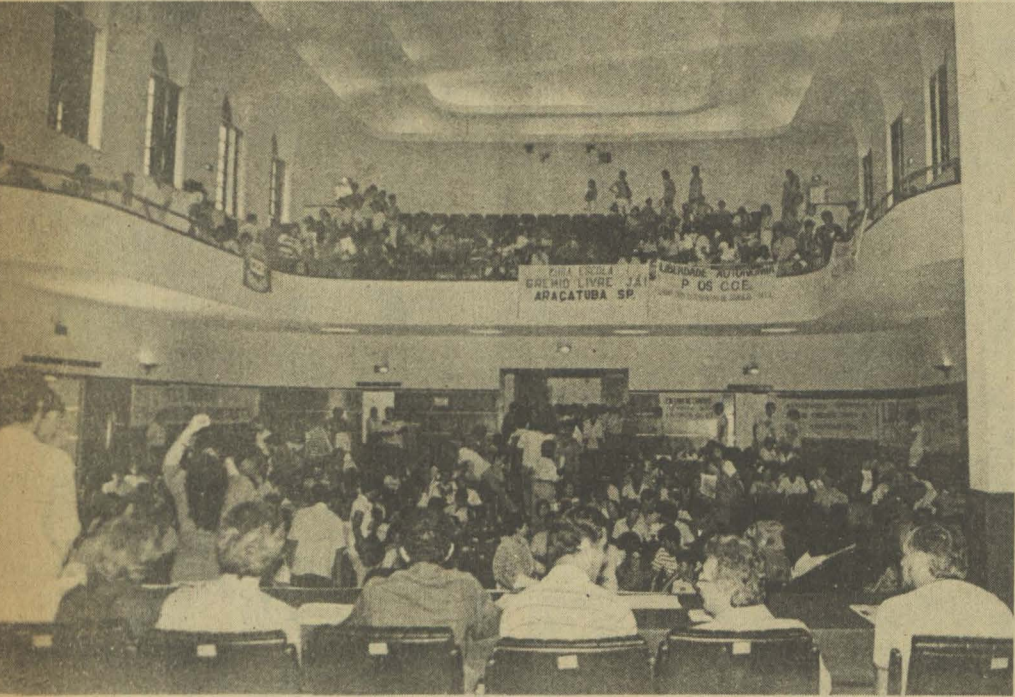
Realizou-se nos dias 20 e 21 de outubro, na Assembléia Legislativa gaúcha, em Porto Alegre, o “Congresso” de fundação da CUT-RS. Numa atitude contrária aos interesses dos trabalhadores, sindicalistas petistas estão dispostos a implantar a todo custo no Estado a divisão do movimento sindical existente a nível nacional.

Em agosto, durante o Enclat foi criada a Coordenação Central Unitária (CCU) do movimento sindical, que engloba sindicalistas de todas as correntes de opinião. A reunião realizada pelos petistas teve por objetivo principal atingir esta entidade.

Já no Enclat, “eles procuraram atacar a unidade do movimento sindical”, como lembrou o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul, Pedro Pozenato. “Eles tudo fizeram para acabar com a Central Estadual dos Trabalhadores, substituindo-a pelo CCU. Agora, eles atacam diretamente o Conselho.”

Apesar das deficiências do CCU, diz Pozenato, “nossa principal tarefa é defendê-lo, pois é uma entidade unitária dos trabalhadores. É preciso, também, fortalecer o caráter unitário das intersindicais zonais existentes”. Os cutistas passam a considerar agora o CCU como um “quadro de reuniões no qual a CUT, enquanto central sindical, discute proposta de ação com os demais setores do movimento sindical”.

O “Congresso” da CUT, integrado principalmente por representantes da pequena burguesia assalariada (a representação operária foi muito baixa), adotou também outras posições estreitas e sectárias, como a de “criar uma assessoria especial para estimular e apoiar o surgimento e a vitória das oposições sindicais para fortalecer a CUT”. Foi reafirmada a posição de boicote ao Colégio Eleitoral e (a exemplo do que faz Maluf e o regime militar) de combate à Aliança Democrática e ao candidato das oposições à Presidência Tancredo Neves.



Cerca de 1.200 secundaristas exigiram liberdade nas escolas

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Professores gaúchos terão greve de um dia

No último dia 27, em assembleia com 5 mil pessoas e várias delegações do interior, os professores da rede estadual do Rio Grande do Sul decidiram paralisar seu trabalho no próximo dia 8. Eles reivindicam reajuste semestral, 13º salário e piso de 2,5 salários-mínimos.

A assembleia, convocada pelo Centro dos Professores do Estado (Cpers), foi precedida de amplas discussões nos núcleos locais da entidade. Outras formas de pressão também foram usadas: no Dia do Professor, em 15 de outubro, mais de 4 mil docentes realizaram uma passeata até o Palácio Piratini, para cobrar uma posição do governador Jair Soares. Este se recusou a atendê-los. A paralização de um dia foi decidida dentro de um processo de mobilização que se iniciou em agosto. Apesar das debilidades nas mobilizações, os professores resolveram manter seu movimento, já que suas reivindicações não foram atendidas.

O deputado federal Hermes Zanetti (PMDB-RS), presidente da Confederação dos Professores do Brasil (CPB), anunciou que no próximo Congresso da entidade será debatida a possibilidade da realização de uma greve nacional. Estiveram presentes também os deputados Garrion Júnior e José Fogaça, ambos do PMDB. No final da assembleia os docentes aprovaram moções de repúdio às violências cometidas no Maranhão, ao escritório do vereador Lauro Hageman e às investidas contra o PC do Brasil. (da sucursal).

Lavradores fazem Congresso em Alagoas

Pela primeira vez em Alagoas, realizou-se nos dias 26 e 27 de outubro o Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais do Estado, promovido por mais de 70 STRs (Sindicatos de Trabalhadores Rurais) e pela Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado). Também estiveram presentes representantes da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e vários parlamentares, como os deputados Eduardo Bonfim e Ronaldo Lessa e os vereadores Freitas Neto e Guilherme Falcão, todos do PMDB.

Num clima de grande entusiasmo e combatividade, os lavradores defenderam a liberdade e autonomia sindical, a unidade do sindicalismo a nível estadual e nacional, o fim da violência no campo e dos assassinatos, das ameaças contra lideranças camponesas, e reafirmaram a grande bandeira dos camponeses: a luta pela Reforma Agrária.

Para o presidente da Fetag, Luiz Ormindo, "este primeiro Congresso foi uma grande oportunidade para o pessoal do campo discutir e levantar unido os grandes problemas que afetam o trabalho do campo em Alagoas. Também foi uma grandiosa preparação para o 4º Congresso Nacional da Contag, em maio de 1985". Os participantes ratificaram a posição da entidade estadual de apoio à candidatura de Tancredo Neves. (da sucursal)

Aumento dos ônibus gera protesto em BH

O novo aumento das passagens dos ônibus em Belo Horizonte, anunciados pela Metrobel para 1º de novembro, foi recebido com revolta pela população mineira. Convocadas pela Federação das Associações de Moradores dos Bairros, Vilas e Favelas de Belo Horizonte, cerca de 700 pessoas foram ao centro da cidade manifestar seu repúdio à proposta de aumento de 86,19% nas tarifas do transporte, que ocorre dois meses após o último reajuste.

Segundo a presidente da Federação, Dalva Stela Medeiros, o objetivo da manifestação foi o de denunciar o abuso da Metrobel, "pois ela não respeitou as deliberações dos Conselhos Consultivo e Deliberativo da Região Metropolitana de que os reajustes seriam semestrais e após 30 dias do reajuste do salário-mínimo". A entidade exige uma nova política para os transportes, com a instituição de uma Comissão de Usuários na Metrobel, a implantação de fiscais comunitários e o passe livre para estudantes e desempregados. Segundo denúncia, a Metrobel estaria repassando no preço das tarifas um empréstimo contraído para suprir os déficits da Câmara de Compensação — mecanismo criado para proteger as concessionárias. (da sucursal)

Metalúrgicos enterram lei do arrocho

A nova lei de arrocho do governo militar, sancionada no último dia 30, já nasceu morta. Após uma forte campanha salarial, os metalúrgicos de São Paulo arrancaram dos patrões um acordo que passa por cima deste decreto, conquistando aumento real de salário acima do INPC e o trimestral. Na assembleia do dia 31, os 7 mil presentes aprovaram o acordo.

Os 330 mil metalúrgicos da capital paulista seriam as primeiras vítimas da nova lei de achatamento dos salários do governo, aprovada pelo Congresso na semana passada. De acordo com este decreto, só os trabalhadores que recebem até três salários mínimos teriam direito a 100% do INPC, as faixas salariais seguintes teriam reajustes inferiores ao INPC. A nova lei também nada fala sobre a reivindicação do trimestral.

O acordo salarial aprovado na quarta-feira enterra esta lei. Pelo conquistado, 99,6% da categoria, que recebe até 15 salários mínimos, ganhará o INPC integral. Além disto foi conquistado um aumento real de salário de 4% para quem ganha até 10 mínimos — há anos que nenhuma categoria recebia aumento real, a chamada produtividade. Outra vitória foi a conquista do tão almejado reajuste trimestral. Ele se efetuará em fevereiro e agosto do próximo ano, no valor de 80% do INPC do trimestre.

Este é o melhor acordo feito nos últimos anos e o mais avançado da safra de campanhas salariais deste ano. Os químicos de São Paulo, por exemplo, conquistaram o INPC integral para os que ganham até 10 mínimos e não conseguiram o aumento real. Já os metalúrgicos de São Bernardo, que estão em período de reajuste automático, conseguiram 100% do INPC para os operários das grandes montadoras — cerca de 55 mil, dos 105 da base sindical —,

além do trimestral. Não obtiveram aumento real.

"A verdade é que nós mandamos às favas a lei do governo", afirma Luis Antônio, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, que acrescenta: "Por outro quebramos a intransigência dos patrões, da Fiesp". No início da campanha salarial a entidade patronal falou em se limitar aos reajustes impostos pela lei. Posteriormente ofereceu o INPC integral apenas para quem ganha até sete mínimos e nada falou do aumento real.

'NÃO FOI DE GRAÇA'

"Mas, depois da assembleia do dia 26, quando a categoria decidiu pela greve geral em novembro, os patrões recuaram", conta Luis Antônio. Esta assembleia foi uma das maiores dos últimos anos, com a presença de cerca de 8 mil operários que depois realizaram uma passeata pelo centro da cidade, gritando "se a Fiesp não ceder, o pau vai comer" e "aumento real, ou greve geral". Para Luis Antônio, "a partir daí as negociações tomaram outro rumo. A gente sentiu que estava mais forte na mesa de negociações. Os patrões temiam que a gente virasse São Paulo de cabeça para baixo. Daí saiu este acordo, que é razoável e é fruto da nossa mobilização. Nenhum patrão dá nada de graça. O que conquistamos foi devido a nossa mobilização; foi resultado das mais de 50 greves que fizemos este ano por antecipação salarial; reflete o



A quase totalidade dos 7 mil metalúrgicos presentes aprovou o acordo e comemorou a derrota do governo

nosso grau de mobilização este ano, quando realizamos nossas maiores assembleias e a passeata".

A aprovação do acordo foi defendida por Lúcio Bellentani, coordenador da Comissão de Fábrica da Ford do Ipiranga e membro da chapa de oposição que concorreu ao pleito sindical em meados do ano. Para ele, "a proposta da Fiesp é razoável, porque os patrões temiam uma greve. Ele está abaixo dos nossos direitos, mas representa um golpe da lei do governo".

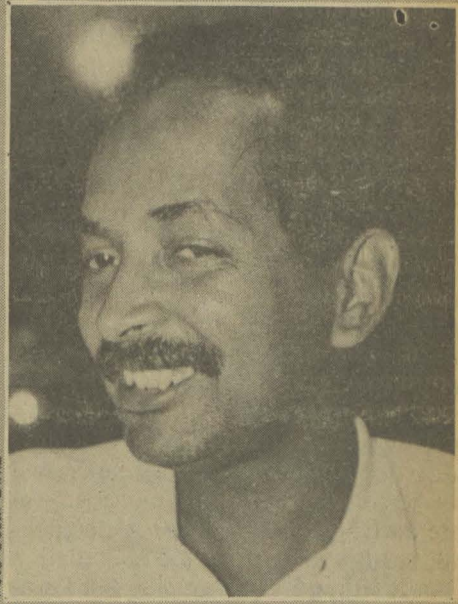
A diretoria do Sindicato defendeu na assembleia que agora a luta deve continuar em cada fábrica. "Este acordo é o mínimo. Nas empresas mais organizadas nós vamos puxar greves por outras melhorias", informa Luis Antônio. Ele teme que os patrões intensifiquem a rotatividade para anular as conquistas salariais. (Altamiro Borges)

"Categoria acumulou forças"

"Esta campanha salarial aumentou a confiança da categoria na sua própria força e no seu Sindicato". Para Eustáquio Vital, diretor recém-eleito do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, esta foi a maior vitória desta luta salarial. Para ele, "os patrões sentiram que a mobilização dos metalúrgicos cresceu. Eles viram que a possibilidade da greve era concreta e preferiram ceder os anéis para não perder os dedos".

Vital acredita que o acordo vai ser bem recebido pela totalidade da categoria. "Esta vitória parcial contribui para acumular forças nas fábricas. Na campanha salarial a gente sentiu a disposição dos operários. Várias fábricas, como a Metal Leve, estavam preparadas para parar. As recentes paralisações por antecipações salariais reforçaram a organização interna. A passeata de sexta-feira deu mais ânimo; foi uma demonstração de garra. Agora é aproveitar este acúmulo de forças para reforçar nossa unidade, fortalecer o Sindicato e intensificar a organização nas empresas.

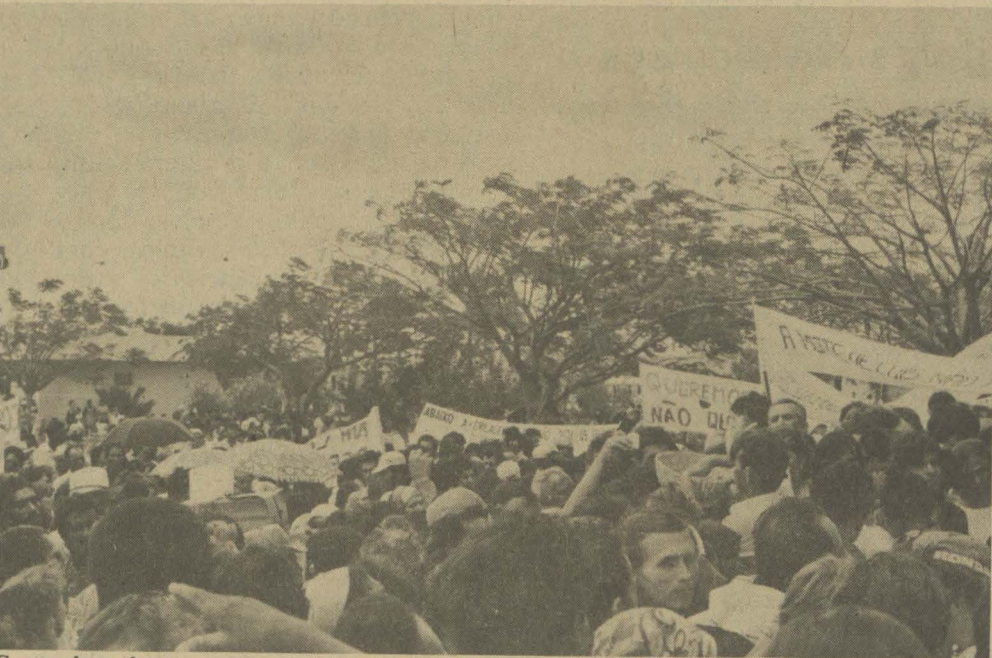
Para ele, "outra importante vitória desta campanha é que nós desmo-



Vital: "derrotamos o governo militar"

ralizamos o governo e o FMI que queriam impor uma nova lei de arrocho. O acordo não acaba com o arrocho, mas dá um arranhão na política econômica do regime militar. Esta lei nasceu sem as mínimas condições de sobrevivência. Os metalúrgicos já a enterraram, agora as outras categorias farão o mesmo".

Milícia de jagunços mata posseiros no sul da Bahia



Cerca de mil camponeses participaram do ato em repúdio a violência em Casa Nova

Assassinato em Casa Nova

Um clima de tristeza e revolta tomou conta do município de Casa Nova, no interior da Bahia, no último dia 26. Mais de mil camponeses foram levar sua solidariedade à família do posseiro Luis Nunes da Silva, assassinado no dia 19 pelo pistoleiro Domingos Castro Passos, a mando do grileiro Milton Batista de Castro, o conhecido Milton Beato. Na ocasião o bispo de Juazeiro, Dom José Rodrigues, celebrou a missa de sétimo dia.

Além dos trabalhadores rurais, estiveram presentes ao ato o representante da subseção da OAB em Juazeiro, José Bandeira, representantes da sucursal da Tribuna Operária, dos deputados Haroldo Lima e Luis Nova, do PMDB de Petrolina, da CPT, do PT e do PMDB. O vereador Paulo César Andrade e o Movimento de Defesa do São Francisco enviaram nota de apoio.

"PAGAR PELO CRIME"

São constantes os conflitos de terra na região de Casa Nova, dominada há mais de cem anos pela oligarquia da família Viana — do malufista Luis Viana Filho, senador do PDS baiano. Os posseiros começaram a se

organizar há alguns anos e já houve casos de enfrentarem com armas os grileiros e seus capangas. Luis Nunes da Silva e mais três famílias começaram a "brocar" o mato de uma ilha formada pelo rio São Francisco, no período de vazante, para plantar melancia e mandioca. Há pouco tempo, Milton Beato derrubou a cerca que eles construíram, afirmando ser dono da ilha — apesar de as terras à margem do rio serem de domínio público.

Para Isabel Nunes, irmã de Luis e mãe de cinco filhos, "esse crime é uma barbaridade. Queremos justiça". Outra irmã, Maria da Silva, mãe de nove filhos, desabafa: "Aqui em Casa Nova a justiça é para quem tem dinheiro. Acho que Milton Beato deve pagar pelo crime do mesmo jeito que o Domingos, que matou meu irmão". Luis Nunes deixou viúva sua mulher, Maria dos Reis, e órfãos seus seis filhos. No dia do ato e da missa todos os carros que se dirigiam ao local foram interceptados pela polícia, que "aconselhava" os camponeses a retornarem para suas casas. Apesar da pressão, ninguém se intimidou. (da sucursal)

"Os grileiros estão formando milícias de jagunços, pagando Cr\$ 1 milhão por posseiro assassinado". Esta denúncia foi feita no 4º Encontro Regional dos Trabalhadores Rurais do Sul da Bahia, realizado nos dias 27 e 28 de outubro, em Itabuna. Os 113 dirigentes sindicais e lavradores presentes discutiram os violentos conflitos por terra na região.

O encontro foi promovido pela Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia) e pelos 25 Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) da área. Contou com o apoio do Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador Agrícola (Ceata), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do bispo de Itabuna, Dom Paulo Lopes, e da vereadora Zenaide Magalhães.

Na oportunidade foram feitas inúmeras denúncias da selvageria dos grileiros do sul da Bahia. Dona Maria Batista de Souza, viúva do lavrador Raimundo de Almeida, assassinado há um mês em Sarampo, relatou como se deu o crime: "Eram cinco pistoleiros, todos armados de revólveres e rifles. Quando meu marido chegou da roça, deu de frente com os jagunços. O primeiro tiro foi na boca. Quando Raimundo caiu, eles deram mais dois tiros. Depois botaram fogo na casa". O pistoleiro Nivaldo, um dos assassinos de Raimundo, contratado pelo grileiro Gerson Alves. Vale, continua na área ameaçando os lavradores: "Você acabou um a um com os posseiros". Denunciado pela viúva, ele foi preso pelo delegado de polícia de Juazeiro. Mas colocaram-no em liberdade no mesmo dia do crime.

No processo de radicalização dos conflitos na região, os lavradores se organizam e também respondem com violência às arbitrariedades dos grileiros. Conforme alertou um dos participantes do 4º Encontro, "o posseiro morre e o urubu come. Os grileiros e pistoleiros também podem morrer e os urubus vão comer". Dias após a morte de Raimundo de Almeida, um grupo de posseiros encheu de tiros dois pistoleiros que preparavam nova emboscada — Luis dos Santos e Valdir morreram na hora.

"URUBU VAI COMER"

Os lavradores não acreditam mais nas autoridades, pois várias áreas conflitantes já foram medidas pelo Instituto de Terras da Bahia (Interba), e nunca foram liberadas, faltando atitude

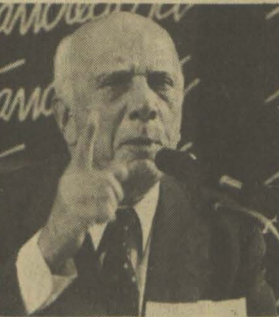


A viúva e os filhos do posseiro Luis Nunes da Silva

Verdadeira explosão de solidariedade!

Uma semana após os atos arbitrários e truculentos da Polícia Federal em São Paulo, Goiás, Bahia e Pará, numa escalada de violências contra as forças democráticas, a solidariedade aos atingidos chegou a um nível sem precedentes. De todos os Estados da Federação ela brotou como num coro unânime contra o continuísmo.

• “Estamos num avião cujo timoneiro é Tancredo Neves. Pode haver algumas trovoadas. Já protestamos inclusive publicamente contra a escalada repressiva e a violência que ocorreu nos últimos dias. Mas tenho certeza de que este avião aterrisará no Planalto, em Brasília no dia 15 de janeiro”. Ulysses Guimarães, presidente Nacional do PMDB



Ulysses, presidente do PMDB

• “O governo, tão autoritário, tão auto-suficiente, está diante da derrota. Está diante da vitória do povo, através de um instrumento de oposição que é o candidato Tancredo Neves. O governo está desesperado, porque não encontra apoio em lugar nenhum. Sou pela legalização dos partidos clandestinos, pois eles trazem uma contribuição que é necessária ao tecido democrático.” Dom Tomás Balduino, bispo de Goiás Velho e membro da Comissão Pastoral da Terra.

• “Prisões aqui, prisões ali, gestos de intimidação de toda a natureza... Não há intimidação que leve o povo brasileiro a baixar a cabeça e aceitar o continuísmo. A intimidação não passa. A nossa resposta é o povo na rua ainda com mais energia”. Roberto Saturnino, senador do PDT-RJ, na abertura do 36º Congresso da UNE.



Senador Saturnino Braga

• Assim que foram informados da prisão do representante da Comissão pela Legalidade do PC do Brasil em Goiás, Luis Carlos, e da invasão da sucursal da Tribuna Operária, os vereadores goianenses suspenderam a sessão na Câmara e dirigiram-se para a sede do TO, que se encontrava sob intervenção da Polícia Federal, para manifestar solidariedade.

• “A Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores manifesta de público a sua apreensão em face da escalada de provocação que vem marcando o processo sucessório no país... O PT entende do seu dever vir a público para prestar solidariedade a todos os companheiros atingidos pela repressão bem como para reafirmar o seu apoio ao princípio da liberdade de organização partidária sem discriminações ideológicas de qualquer natureza”. Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do PT.



Lula, presidente do PT

• “Gostaria de falar com você e como ser humano. Não sou uma política como meu pai. Mas considero terrível ver fatos como esse acontecerem. Me senti pessoalmente agredida também”. Janice Vilella, filha do ex-senador Teotônio Vilela, PMDB de Alagoas.

• Repudiamos neste momento decisivo para a luta democrática no Brasil, as provocações, subornos e violências que estão acontecendo no país. Dezenas de trabalhadores foram presos em São Paulo, Goiás, Belém e Salvador pelo simples motivo de estarem ao lado do povo. Exigimos a liberdade, a democracia, a justiça social e a reforma agrária.

Tancredo: repúdio rápido e firme



Tancredo: contra as prisões ilegais

O candidato único das oposições à Presidência da República, falando à imprensa em João Pessoa no mesmo dia das prisões, taxou-as de “ilegais e arbitrarias”.

“Lares estão sendo invadidos, depredações estão sendo consumadas e cidadãos brasileiros arrancados da sua intimidade para serem levados à polícia. Todo cidadão tem o direito de ser respeitado em sua dignidade humana e essas prisões estão sendo feitas sem formas nem figuras de direito” — disse Tancredo. E asseverou que em seu governo os partidos hoje ilegais serão respeitados e “trabalharemos pelas suas legalizações, para que não haja atos arbitrários como os que aconteceram hoje em cinco Estados de nosso país”.

ria. Assinam 70 Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Alagoas.

• “E mais um absurdo do regime militar, que tenta deter o avanço das forças democráticas. Protestamos contra este atentado e mais uma vez defendemos a legalidade dos partidos na clandestinidade”. Cláudio Spicatti, presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo.

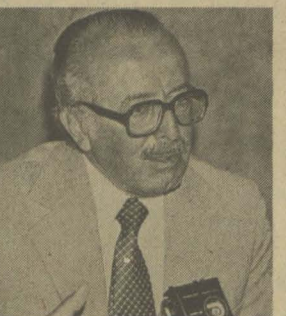


Cláudio, dos metroviários

• “Expressamos o nosso mais veemente repúdio às prisões realizadas em São Paulo, Bahia, Goiás e Pará, assim como a todos os demais atingidos pela onda repressiva das últimas semanas. E reafirmamos o nosso compromisso de seguir até o fim nessa luta por um Brasil democrático, livre e soberano”. André Forster, líder do PMDB na Câmara, e mais 14 vereadores do PMDB e PDT de Porto Alegre, RS.

• Nós, moradores de bairros e favelas e conjuntos habitacionais que lutamos por melhores condições de vida e de moradia em Fortaleza, e que queremos eleger Tancredo Neves presidente do Brasil, vimos de público repudiar a repressão aos partidos obrigados a viver na clandestinidade. Nosso apoio a todos os partidos que lutam pela democracia e pela legalidade. Assinam 125 lideranças de bairros e favelas de Fortaleza, Ceará.

• “Os signatários do presente, considerando as notícias veiculadas pelos órgãos da imprensa nacional, que relatam a ocorrência de diversas prisões ocorridas em São Paulo, Goiânia e Salvador, vimos a público manifestar que protestamos veementemente contra medidas de tal natureza, que ferem frontalmente o sentimento democrático do povo brasileiro, principalmente nestes momentos, quando toda a nação democrática procura e deseja uma transição democrática para a crise que ora enfrentamos. Assinam Humberto Lucena, líder do PMDB no Senado Federal, Antônio Mariz e mais 26 parlamentares, democratas e patriotas paraibanos.



Senador Humberto Lucena

• A União Brasileira de Estudantes Secundaristas distribuiu nota solidarizando-se com os atingidos pela ofensiva fascista, e cerca de 1.200 estudantes e 270 Centros Cívicos aprovaram moção de protesto contra o terrorismo, durante reunião dia 27 em São Paulo.

• Durante o grande expediente da Câmara de Vereadores

de São Paulo, o vereador Edson Simões fez um discurso protestando contra “mais um ato de terrorismo perpetrado pelo Governo Federal”. E foi realizado um ato de protesto com a participação, na mesma, de um representante da Comissão pela Legalidade do PC do Brasil em São Paulo, Antônio Neto Barbosa.

• “Assistimos estarecidos a prisão de companheiros empenhados na luta pela redemocratização do país. Repudiamos a atitude de uma ala fascista do regime. Defendemos a mais ampla liberdade de organização partidária.” Paulo Silas de Melo, pres. União dos Vereadores do Brasil.

• “Os atos de violência são uma forma que o sistema usa para intimidar o povo e as oposições. O regime instalado em 1964 está nos seus últimos dias”, como o doente incurável, apela para todo tipo de remédio”. Raimundo Rosa, presidente do Sindicato dos Padeiros de São Paulo.



Raimundo Rosa, dos padeiros

• “A União da Juventude Socialista manifesta seu repúdio aos atentados cometidos pelos bolsões reacionários do regime. Toda nossa solidariedade e apoio à luta pela liberdade”. Coordenação Nacional da UJS

• “Manifesto minha irrestrita solidariedade pela violência registrada contra este jornal esperando que as autoridades promovam a pronta responsabilidade daqueles que determinaram tão violento e agressivo ato”. Mauricio Correa, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Brasília.

• “Os trabalhadores químicos e farmacêuticos de São Paulo, reunidos em assembleia no dia 28, tomaram conhecimento dos recentes atentados às liberdades de reunião, de associação e de expressão. Expressamos nossa irrestrita solidariedade a todos os atingidos”. Químicos e Farmacêuticos de SP.

• “A polícia Federal falou que havia prendido terroristas, mas terroristas foram eles, terroristas foi a atitude arbitrária, as prisões, a invasão de domicílio”. Deputado Benedito Cintra - PMDB-SP.

• “Sempre a oposição inconciliável entre os setores populares e democráticos e o regime militar entreguista, autoritário, corrupto e antipopular. Os que se voltam contra este regime merecem irrestrita solidariedade”. (José Neves, presidente do Sindicato dos Comerciantes de Brasília).

• “Esses atos não atemorizam os que estão na luta pela democratização em profundidade e pelo fim do regime autoritário, caracterizado pela repressão e pela proteção aos corruptos. O povo brasileiro acha perfeitamente natural que, tal como em outros países democráticos, existam legalmente partidos que estão requerendo sua legalização, como o PC do B e o PCB”. Eduardo Matarazzo Suplicy, deputado federal do PT - São Paulo.

tamente natural que, tal como em outros países democráticos, existam legalmente partidos que estão requerendo sua legalização, como o PC do B e o PCB”. Eduardo Matarazzo Suplicy, deputado federal do PT - São Paulo.



Eduardo Suplicy, PT-SP

• O governo ataca o PC do Brasil porque sente que este é um partido respeitado pelos trabalhadores e pelas forças populares e que a cada dia vem crescendo e ganhando simpatia do povo. Nosso Sindicato repudia estas investidas das forças reacionárias. Francisco Soares, diretor do Sindicato dos Derivados de Petróleo de São Paulo.

• Solidarizo-me com o grande ato democrático em repúdio às investidas policiais do último dia 26 deste mês, em que foram vítimas ilustres brasileiros que lutam pelas liberdades democráticas e pela soberania nacional, inimigos declarados do regime militar e seu candidato Maluf. Deputado João Pedro, PMDB Amazonas.



João Pedro — PMDB-AM

• “Com esta repressão ao PC do Brasil o regime quis atingir toda a oposição. Foi um recanto de que ele não vai aceitar a questão sucessória de forma tranquila. Um exemplo foi dado na tirada de delegados do Maranhão. Neste momento a forma de avançar na luta pela democracia é com o povo na rua”. Paulo Azevedo, membro da Executiva Nacional do PT.

• “Primeiro levaram os comunistas e não dissemos nada, porque não éramos comunistas. Depois levaram os estudantes e não nos importamos, por que não éramos estudantes... Até que um dia nos levaram e não pudemos dizer nada. Por isso mesmo estaremos nas ruas desde agora protestando contra a repressão que atingiu cidadãos e entidades”. Mirtes Bevilláqua, deputada federal do PMDB Espírito Santo.



Mirtes Bevilláqua, PMDB-ES



No Hall da Assembleia Legislativa, enérgico protesto contra arbitrariedades da Polícia Federal

Unidade contra o terrorismo

Cerca de mil pessoas participaram do ato contra o terrorismo malufista, realizado dia 31 no Hall Monumental da Assembleia Legislativa de São Paulo. Todas as correntes políticas de oposição participaram do evento, onde foram repudiadas as recentes prisões e invasões de residências feitas pela Polícia Federal em vários Estados do país.

O ato foi presidido pelo deputado Valdemar Chubaci, do PMDB, que anunciou a presença de 148 entidades democráticas e populares! O deputado federal José Luis Guedes (PMDB-MG), veio de Brasília especialmente para o evento, prestigiados por vários outros membros do Congresso Nacional. O presidente da Assembleia, Nêfi Tales, enfatizou: “Ações como as prisões de comunistas e a invasão da Assembleia Legislativa do Maranhão, não nos intimidarão. Estamos na ofensiva, protestando contra as invasões e prisões, para que elas não mais ocorram”.

PMDB, PDT, PT, PCB, PRC, MR-8, Convergência Socialista e Partido Comunista do Brasil condenaram a repressão. O deputado Luís Furlan, do PDS, enviou mensagem, e o vereador Antônio Carlos falou “em nome do eleitorado do PTB, já que meu partido traiu seus eleitores”. A Comissão Nacional pela Legalidade do PC do Brasil distribuiu nota onde afirma que o regime militar reage contra seu fim iminente: “Ameaças, chantagem, corrupção, violência física, utilização de leis de exceção, são as armas de que vêm fazendo uso reiteradamente”.

Réplica firme ao alarde anticomunista

Em geral as forças repressiva preocupam-se em camuflar sua atividade, agir na sombra. Na operação do dia 26, foi o contrário: notava-se nítido interesse em ostentá-la, fazer barulho, espalhar boatos, criar alarme. “Os comunistas agem e colocam em perigo a nação” — era a impressão que a aparatosa operação policial pretendia forjar.

A chave para entender a investida, porém, não está propriamente no combate ao comunismo. Evidentemente, perseguir e desbaratar o Partido Comunista do Brasil é meta permanente do regime, mais ainda se, conforme o ministro Abi Ackel, “o partido cresceu muito”. Mas no caso específico este propósito subordina-se a outro — a tentativa desesperada de salvar o candidato da didatura, Paulo Maluf, de uma derrota fragorosa em 15 de janeiro. Assim, as prisões de comunistas ligam-se à invasão da Assembleia Legislativa do Maranhão, na véspera. Liga-se, sobretudo, à vantagem de cerca de 150 votos que Tancredo conseguiu sobre o odiado Paulo Maluf, no placar do Colégio Eleitoral.

PARTE DE UM CONJUNTO

O combate central em curso não é apenas entre comunistas de um lado e governo de outro. Isto é o que os malufistas gostariam. Hoje, os comunistas integram a vastíssima corrente oposicionista que apoia Tancredo Neves para dar uma solução democrática à sucessão. Os fascistas se defrontam não com um partido, confinado na ilegalidade, mas com milhões que por todo lado cla-

Dyneas Aguiar, em nome do ICOP — uma das entidades invadidas pela PF — denunciou que “a escalada repressiva busca atingir os que lutam pela destruição deste regime, antes que ele destrua o Brasil. A resposta só pode ser unirmo-nos todos nas lutas econômicas e sociais, mas fundamentalmente na luta política e derrotar o regime militar e seu candidato, Paulo Maluf”. Foi aplaudido entusiasticamente. Maria Vitória Benevides, pela Comissão Justiça e Paz, e o Movimento Negro Unificado também repudiaram a repressão.

Antônio Martins, pela UNE, e Delcímar Pires, pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, arguíram que “o ato repressivo significa a fúria do regime militar, não apenas contra os comunistas, mas contra o movimento em curso, que visa a redemocratização do país”.

Jamil Murad, em nome da Conclat, salientou: “A unidade das forças populares com os democratas torna possível remover a pedra do caminho do país, que é o militarismo e seu candidato, Maluf. “Pela CUT falou Arlindo Chinaglia: “O regime reage pela repressão. Mas nós não podemos,

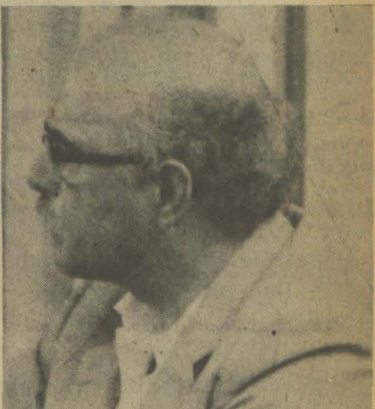
mam por um basta ao regime militar.

Isso explica a reação excepcionalmente rápida, maciça e firme que a investida policial detonou. No mesmo dia, o próprio Tancredo Neves e quase todos os oradores do comício de João Pessoa condenaram a ação. E os protestos choveram por todo o Brasil, em quantidade nunca vista.

O que houve foi uma tentativa de tumultuar a sucessão. A reação contra ela indica que as forças envolvidas na campanha Tancredo o compreenderam muito bem. E que não pretendem se deixar dividir pela surrada indústria do anticomunismo. Consolida-se a noção de que para pôr fim a tais estrepolias é essencial manter e até ampliar a unidade construída e levar a batalha até o fim, até 15 de janeiro e 15 de março.

A DECISÃO É NAS RUAS

A frente se materializa nas praças públicas, em vigorosas manifestações de massas exigindo liberdade. É ali que os brasileiros declaram seu voto, já que os generais não os deixam comparecer às urnas. Esta é no momento a questão decisiva, que merece a maior atenção.



Dyneas Aguiar: pela unidade

neste momento, recuar”. O advogado dos atingidos pela ação repressiva, Luis Eduardo Greenhalg, denunciou que a Polícia Federal “faz hoje as vezes do DOI-CODI, da Operação Bandeirantes, do DOPS. Invade residências e entidades, promove a cassação de diretorias sindicais, saqueia jornais alternativos, prende e processa democratas”.

Nair Goulart, diretora do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, explicitou que “ninguém mais do que os trabalhadores quer a democracia. Repudiamos a repressão. Pela soberania nacional! Pela legalidade de todos os partidos!”. Uma delegação de dezenas de metalúrgicos, integrada por cinco diretores da entidade e saída da assembleia da categoria que se realizava no mesmo dia, compareceu ao ato.

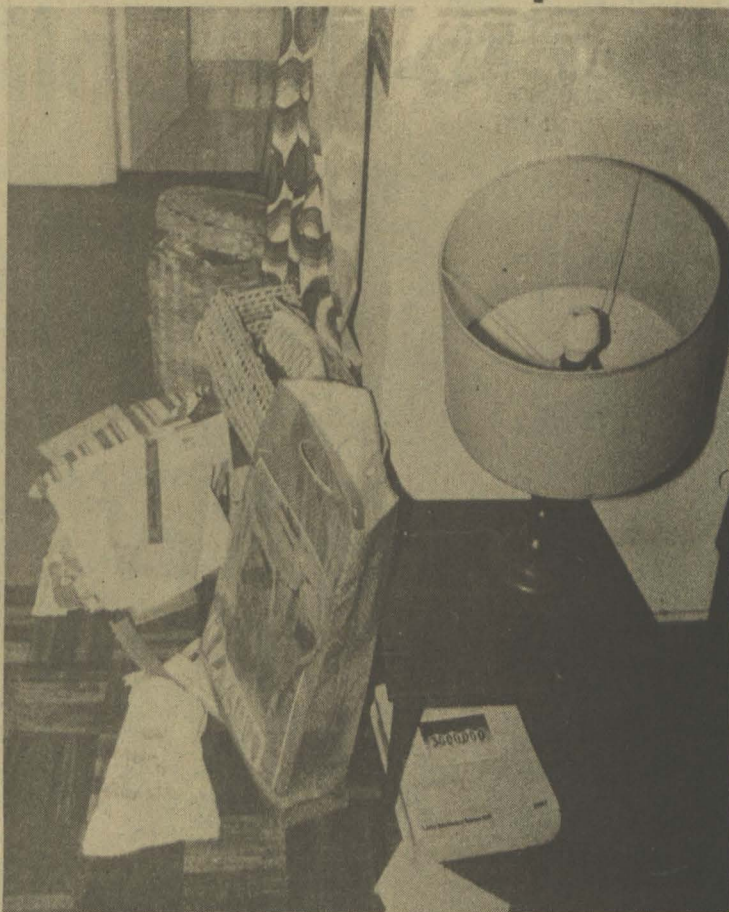
Assim como foram os grandes comícios pró-diretas que arrebentaram o sistema político de sustentação do regime, serão também as multidões nas ruas que poderão paralisar o braço terrorista da campanha Maluf e garantirão um desfecho democrático para o processo sucessório.

Neste sentido, as provocações patrocinadas por Figueiredo e Abi Ackel, a serviço de Maluf, não podem desviar o rumo das oposições do principal, que é a sucessão. Exigem, contudo, medidas especiais, e imediatas, para aparar os golpes e evitar que se repitam. Cada invasão, prisão ou seqüestro reclama resposta contundente, que faz parte da luta geral contra o regime e aglutina inclusive setores que ainda não perceberam a importância da candidatura Tancredo Neves. É o caso do expressivo ato de solidariedade do dia 31 na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Quanto aos comunistas, o povo aprende a avaliá-los concretamente. É no dia a dia do embate sucessório que eles aparecem, como intransigentes defensores da unidade, sem sectarismos nem qualquer discriminação. Que se destacam em cada combate pela liberdade. Que demonstram, mais uma vez, que a legalidade do PC do Brasil é um reclamo da realidade e abram caminho para ela no novo regime que se constrói. (Rogério Lustosa)



Na residência de João Amazonas, as marcas deixadas pelo vandalismo dos policiais federais em sua incursão



PF invade e seqüestra para auxiliar Maluf

No último dia 26 a Polícia Federal invadiu casas, empresas e entidades em São Paulo, Salvador, Goiânia e Belém. Seqüestrou pessoas, apreendeu livros e revistas, tudo ilegalmente. Só em São Paulo foram mobilizados 29 delegados de vários Estados. O alvo, segundo a PF, era o Partido Comunista do Brasil. Mas ficou evidente que a intenção é tumultuar o processo sucessório.

O diretor da **Tribuna Operária**, Rogério Lustosa, fazia uma palestra sobre teoria política marxista numa das salas do Centro de Estudos e Pesquisas Sociais — CEPS. De repente, cerca de 15 policiais invadiram a sala de armas em punho: "Todo mundo com a mão na cabeça. É a Polícia Federal!" As 23 pessoas presentes foram revistadas "para ver se estavam armadas". As mulheres foram encampanhadas ao banheiro e obrigadas a tirar a roupa. Todos foram ameaçados de espancamento.

Enquanto isso, o delegado da PF, Veronezzi, comandava pessoalmente a ação de outros policiais que saqueavam a biblioteca e outras salas do CEPS. Até garrafas térmicas foram levadas, além da documentação da entidade. Um retrato de Lênin serviu de alvo para um jogo de facas entre os agentes da repressão. Quatro pessoas que lá se encontravam, entre os quais o vice-prefeito de Americana, Fernando Pupo, e o médico Natalino Sorrentino, diretor do CEPS, foram detidas.

Pupo, que visitava o CEPS, não teve suas prerrogativas respeitadas. Foi preso e obrigado a permanecer em pé, virado para a parede, por quase duas horas! Sorrentino foi agredido fisicamente, por se recusar a acompanhar os policiais na busca. A ação foi realizada sem mandado e a PF nem comunicou o acontecimento à Justiça Militar, contrariando mesmo a LSN, que obriga notificação imediata de ações e prisões. Todos os que se encontravam no CEPS foram levados de ônibus para a sede da PF em São Paulo, escoltados por policiais armados.

Agentes arrombam e vasculham casa de João Amazonas

Também foram invadidos a Editora Pauta, onde foi detido Gilberto Cardoso de Sá; a Comissão pela Legalidade do PC do Brasil em São Paulo, onde foi detido o jornalista Pedro de Oliveira; o Centro de Estudos Sindicais, onde foram



O delegado Veronezzi (na frente) conduz um de seus prisioneiros, dessa vez com alarde

detidos Antônio Alves da Silva e Sueli Lourenço; e o Instituto de Cultura Operária e Popular — ICOP —, onde foram detidos Dyneas Aguiar, Manoel Cação e a secretária da entidade. No local arbitrariamente foi apreendido um mimeógrafo, além de talões de cheques, os documentos da entidade e cerca de Cr\$ 8 milhões.

Os policiais ainda arrombaram a porta e reviraram a residência de João Amazonas, que está viajando, e invadiram as residências de Dyneas Aguiar, Rogério Lustosa, Ronald Freitas, Renato Rabelo, Válder Sorrentino e José Duarte. Duarte, com 78 anos, foi agredido pelos policiais e ficou detido por duas horas num carro da PF.

Na sede da PF os detidos foram obrigados a ficar de pé, virados para a parede, numa garagem de automóveis. Os agentes federais gritavam "Maluf já!" e "Se ele for eleito, vocês estão farrados!" Os presos mantiveram-se firmes. Depois de algumas horas de pé, num calor insuportável, todos recusaram o almoço, deixando os policiais na defensiva.

O interrogatório visava ligar ao PC do B as entidades — todas legais e registradas —, e forjar um processo através da famigerada LSN por "funcionamento de partido clandestino". O suplente de deputado estadual, Vandilson Costa, do PMDB baiano, foi esbofetado por um agente dentro da PF. Apesar da solidariedade de parlamentares e personalidades democráticas, o último detido só deixou a Polícia Federal de madrugada. No sábado ainda ocorreram outras duas detenções, em plena rua: o motorista do ICOP e Vandilson Costa, soltos algumas horas depois.

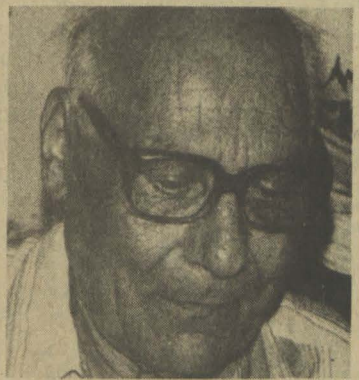
Contra a prática usual, a PF fez grande alarde da operação. Todo o material apreendido foi exposto à imprensa — na maioria, li-

vros marxistas. O delegado Veronezzi mostrou-se solícito para dar entrevistas e informações. O objetivo era criar um clima de agitação, apresentar a situação como se houvesse uma enorme rede de infiltração comunista, para justificar ações violentas e tumultuar o processo sucessório.

Na Bahia quase 50 policiais usando até metralhadoras

Em Salvador foram seqüestrados em suas casas os membros do diretório regional do PMDB, Péricles de Souza e Carlos Valadares, este também secretário da Associação Baiana de Medicina. Na sede da Assessoria Jurídica, Parlamentar e Sindical (AJPS) foram presos os professores Olival Freire e Loreta Valadares, da Universidade Federal da Bahia. Na gráfica da Editora Maria Quitéria foi preso o jornalista Pedro Augusto Pereira. Na sucursal da **Tribuna Operária** detiveram o colaborador do jornal Ronald Neves. O ex-presidente da UNE Javier Alfaya e sua mulher, Tereza, foram presos ao se dirigirem à gráfica, e liberados em seguida.

Foi uma ação simultânea, que utilizou quase 50 agentes da PF em seis equipes, armadas de revólveres e metralhadoras. Os policiais apreenderam farto material de campanha de Tancredo Neves para a Presidência, além de coleções de livros e objetos pessoais dos presos. Imediatamente após as prisões, começou uma ampla mobilização em solidariedade às vítimas do arbítrio repressivo. Na sede da AJPS vários populares protestavam contra o ataque policial, aos gritos de "Maluf é ladrão" e "Tancredo pra mudar!". Nesse local a repressão estava sob o comando do relações públicas da PF, Aerovaldo Freire, conhecido torturador de presos políticos, inclusive



Duarte, 78 anos, agredido

acusado de ter deixado cego o pernambucano Milton Dias, devido aos maus-tratos no cárcere.

As várias pessoas seqüestradas ficaram detidas na sede da Polícia Federal até o início da noite. Até o meio-dia, ficaram incomunicáveis. Nem uma comissão de deputados, liderada pelo presidente da Assembleia Legislativa, Luiz Magalhães, do PDS, pôde avisar-se com elas.

Arbitrariedades se repetiram em Goiânia e Belém

Também em Goiânia a operação malufista da Polícia Federal foi marcada pela violência e arbitrariedade. O representante da Comissão Estadual pela Legalidade do PC do Brasil, Luiz Carlos Orro, foi preso por quatro agentes da PF e sua casa foi invadida. A sede da **Tribuna Operária** foi invadida e vasculhada por quase vinte policiais federais.

Em Belém, a Polícia Federal, com a truculência que a caracteriza, invadiu a sede da **Tribuna Operária**, prendeu o suplente de vereador pelo PMDB, Newton Miranda, e Marcos Casteli. Invadiu também a casa de Newton, onde prendeu Raimunda Carlos. Um dos policiais, quando lhe foi solicitada a ordem judicial para a invasão, disse que não precisava de ordem judicial "para entrar em casa de vagabundo" (das sucursais).

Cicatrizes de luta reforçam simpatia do povo pela TO

Em meio às comemorações do seu aniversário, a **Tribuna Operária** sofre novo ataque dos inimigos da liberdade de imprensa. A mando do ministro malufista Ibrahim Abi-Ackel, agentes da Polícia Federal invadem as sucursais da **Tribuna** em Salvador, Goiânia e Belém, penetram no prédio da sucursal do Rio de Janeiro, promovem saques e prisões (ver ao lado).

A investida, embora grave como poucas, não é novidade. Ainda em seu primeiro ano de existência, no fatídico dia 27 de agosto de 1980, nossa sucursal carioca foi vítima de uma bomba dos fascistas. Tivemos edições apreendidas, inquéritos e processos intimidatórios. Inúmeros **tribuneiros** sofreram detenções, demissões, perseguições. No último Domingo de Páscoa, um incêndio criminoso e uma operação de saque da PF vitimaram o prédio de nossa redação. Hoje as dependências da **TO** estão reconstruídas, mais amplas e melhores que antes. Porém as cicatrizes dos atentados oficiais e oficiosos marcaram bem fundo a memória do jornal.

São cicatrizes do combate ao regime militar — combate que marca toda a vida da **Tribuna**. É uma vasta parcela da opinião pública simpatiza com este semanário guiada precisamente pelos ataques que ele tem sofrido. Um jornal que desperta tamanho ódio nos inimigos do povo demonstra que merece apoio. É apoio não tem faltado, vindo dos mais diferentes setores democráticos, em primeiro lugar dos trabalhadores da cidade e do campo.

NA MIRA DA DITADURA

O momento do ataque não é fruto do acaso. Está em curso no país o que poderá ser a batalha final entre a democracia e o regime dos generais. A polarização e a radicalização atingem um nível maior que na própria campanha das diretas. As hostes do regime, literalmente encurraladas, lançam mão dos golpes mais baixos no afã de prolongar seu reinado.

Nesse contexto, a **Tribuna Operária** aparece entre os alvos prediletos da ditadura agonizante. Os donos do poder não se iludem. Sabem perfeitamente quem atrapalha seus planos. Atacam a **Tribuna** porque ela não perde o rumo, não se afasta da classe operária e do povo, continua tão firme como sempre na linha que arrastará para a sepultura o regime de 1964.

É bom, contudo, que Abi-Ackel, Maluf e os generais que os sustentam não cifrem esperanças nesse tipo de investidas. Até hoje todas elas, sem exceção, redundaram no contrário do que pretendiam. A **Tribuna** enfrentou-as, e venceu-as. Saiu delas mais forte, mais prestigiada. E nunca se afastou ou se afastará um milímetro da sua linha editorial.

Já era tempo dos generais se darem conta de que idéias não pegam fogo, nem podem ser encarceradas. Quando estão em sintonia com a realidade e os interesses dos trabalhadores, elas ressurtem das cinzas, escapam por entre as grades, se espalham entre as grandes massas exploradas e transformam-se em força material. É de idéias desta cepa que a **Tribuna Operária** se alimenta.

(Bernardo Joffily)



Incêndio da Páscoa: crime que não se esquece

Tribuna Operária 5 anos

Futebol no aniversário

Times de fábricas, bairros e escolas participaram de um movimentado torneio de futebol de salão no ginásio do Esporte Clube São José, Porto Alegre, em comemoração aos cinco anos da **Tribuna Operária**. Promovido pela sucursal gaúcha da **TO**, o campeonato contou com o apoio de parlamentares ligados ao esporte, como os vereadores Paulo Santana e Valdomiro Franco, os deputados Rui Carlos Osterman e João Severiano.

Na final, dia 27, moradores do bairro Santana venceram o quadro da Associação dos Moradores de São Judas Tadeu. Para Cláudio, capitão da equipe dos operários da Tecelagem Guaíba, "a competição estava bem organizada e nosso time participará de outras promoções do jornal".

EXPOSIÇÃO NA CÂMARA

Na Câmara Municipal de São Paulo, entre os dias 5 a 11 de novembro, haverá uma exposição de desenhos, pinturas e gravuras doados à **Tribuna Operária**. A mostra inclui trabalhos de artistas reconhecidos pelo público como: Jayme Leão, Elifas Andreatto, Aldemir Martins, Cláudio Tozzi, Antônio Calixto, Carlos Távora, entre outros. O evento faz parte das comemorações do quinto aniversário promovidas pela sucursal paulista.

Entre os dias 26 e 31 de outubro, no saguão da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, houve uma exposição com painéis mostrando a trajetória da **Tribuna** em seus cinco anos. A iniciativa foi do vereador Antônio Pereira (PDT), que também encaminhou à mesa um voto de congratulações ao jornal e prestigiou a abertura da exposição. Presente também o jornalista Villasboas Correia, dirigente da ABL do Rio de Janeiro, que teve importante papel na campanha pelas diretas-já naquele Estado.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

O Anúncio Perseus (esq.), Bernardo Joffily (da TO) e Villasboas, da ABL